



GASTO PÚBLICO EM SANEAMENTO BÁSICO

GOVERNO FEDERAL E FUNDOS FINANCIADORES

Relatório de aplicações de 2007

Secretaria Nacional de
Saneamento Ambiental

Ministério
das Cidades



Ministro de Estado

Marcio Fortes de Almeida

Secretário Executivo

Rodrigo José Pereira-Leite Figueiredo

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental

Leodegar da Cunha Tiscoski

Diretor de Desenvolvimento e Cooperação Técnica da SNSA

Umberto Luiz Teixeira

Diretor de Água e Esgotos da SNSA

Márcio Galvão Fonseca

Diretora de Articulação Institucional da SNSA

Sergio Antonio Gonçalves

FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral e Revisão de Conteúdo.

Manoel Renato Machado Filho – Gerente de Projetos

Equipe Técnica

Lauseani Santoni, Carolina Henriques Campos, Hélio José de Freitas e Mariana Fialho.

GASTO PÚBLICO EM SANEAMENTO BÁSICO

GOVERNO FEDERAL E FUNDOS FINANCIADORES

Relatório de Aplicações de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2007

A atuação do Governo Federal no setor de saneamento básico¹ é caracterizada por uma multiplicidade de agentes intervenientes e uma complexa estrutura institucional que demanda, além de um significativo aporte de recursos financeiros, iniciativas que promovam o planejamento setorial, a coordenação entre os órgãos, a articulação das ações e a identificação de suas competências a fim de evitar a superposição de atividades.

Nesse sentido, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, orientada pela necessidade de ampliar a transparência na gestão dos recursos públicos e fornecer informações sobre a alocação dos investimentos no setor, detalha e caracteriza, neste documento, os investimentos em saneamento básico no ano de 2007. A primeira parte destaca o planejamento dos investimentos no setor, com ênfase na alocação dos recursos disponíveis na Lei Orçamentária Anual de 2007 (LOA). Na segunda parte, são identificados e caracterizados os gastos realizados pelo Governo Federal e pelos fundos financiadores (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Fundo de Amparo ao Trabalhador) em iniciativas de saneamento básico de 01 janeiro a 31 de dezembro de 2007. Além disso, têm destaque as orientações que compõe a agenda governamental dirigida à qualificação do gasto público em saneamento básico e as obras (em andamento e concluídas em 2007) apoiadas por recursos públicos. É importante mencionar que, para contabilização dos investimentos, não foram apropriados os valores gastos a título de contrapartida por Estados, Municípios e Prestadores de Serviço.

Os dados utilizados na realização deste relatório foram obtidos no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal, nas Leis Orçamentárias Anuais, (LOA's), nas Medidas Provisórias (MP's) que dispõem sobre os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em pesquisas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nas informações obtidas junto aos gestores dos fundos financiadores e em sítios eletrônicos oficiais. Para atualização monetária, os dados financeiros dos anos de 2003 a 2007 foram indexados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) médio anual da Fundação Getúlio Vargas (FGV)². No Anexo 1, são apresentadas as ações orçamentárias consideradas na apropriação dos gastos em saneamento básico.

¹ São contabilizados como gastos em saneamento básico aqueles realizados a título de promover o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário, a drenagem urbana, a coleta e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, incluindo o saneamento integrado em assentamentos precários e as despesas com a elaboração de estudos e projetos de engenharia, capacitação de recursos humanos e desenvolvimento institucional e operacional dos prestadores de serviços.

² Os índices que compõem o IGP-DI refletem a evolução de preços das atividades produtivas bem como o movimento de operações de comercialização no atacado e na construção civil.

1. PLANEJAMENTO DOS INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO BÁSICO

Os investimentos no setor de saneamento básico são constituídos por recursos não onerosos e onerosos. Os recursos não onerosos são oriundos da Lei Orçamentária Anual ou popularmente do Orçamento Geral da União (OGU) e não prevêem retorno financeiro direto dos investimentos, pois os agentes beneficiados não precisam ressarcir os cofres da União. Já os recursos onerosos são provenientes de financiamentos e têm como fontes o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Trata-se de empréstimos de longo prazo concedidos a taxas de juros reduzidas para investimentos em ações de saneamento básico.

1.1. Planejamento dos Investimentos Federais com Recursos Orçamentários

No processo orçamentário brasileiro, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), encaminhado pelo Poder Executivo para apreciação pelo Poder Legislativo, é o instrumento legal que estima as receitas e autoriza as despesas para o exercício financeiro. O PLOA, depois de apreciado pelo Congresso e sancionado pelo Presidente da República, torna-se a Lei Orçamentária Anual (LOA) e passa a disciplinar os dispêndios do Governo Federal.

Na Lei Orçamentária Anual de 2007 foram destinados R\$ 4.307.636.667,00 para as iniciativas de saneamento básico com recursos federais não onerosos. A Tabela 1 detalha a divisão dos recursos na LOA entre os Órgãos Executores de saneamento básico.

Tabela 1
Distribuição dos recursos federais não onerosos na LOA 2007 para o Saneamento Básico

ÓRGÃO	RECURSOS NÃO ONEROSOS	
	R\$	%
MCIDADES - Ministério das Cidades	1.984.196.668,00	46,06
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde (Ministério da Saúde)	1.553.423.056,00	36,06
MI - Ministério da Integração	421.710.075,00	9,79
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Ministério da Integração)	116.268.931,00	2,70
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Ministério da Integração)	96.794.216,00	2,25
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	69.196.734,00	1,61
MMA - Ministério do Meio Ambiente*	51.046.987,00	1,18
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego	15.000.000,00	0,35
TOTAL	4.307.636.667,00	100

*Inclui ações da Agência Nacional de Águas (ANA) e Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)

Na LOA, os recursos para os investimentos podem ser livres ou provenientes de emendas parlamentares³. Os recursos livres são utilizados para implementar as políticas públicas e estão sob a governabilidade dos órgãos setoriais. A alocação desses recursos tem caráter discricionário, ou seja, fica a critério do Executivo a definição das intervenções e dos

³ As emendas parlamentares são a forma regimental de alteração do PLOA sugeridas por parlamentares e órgãos do Poder Legislativo, acrescentando, suprimindo ou modificando itens na programação financeira proposta pelo Poder Executivo. As emendas podem ser individuais (no máximo 20 emendas por parlamentar) ou coletivas. As emendas coletivas se subdividem em: emendas de bancadas e emendas de comissões permanentes do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

beneficiários. As emendas parlamentares, no entanto, têm vinculação específica e destinatário determinado pelos autores das emendas.

Na LOA de 2007, do montante total de recursos aprovados para investimentos em saneamento básico, R\$ 3.134.666.227,00 (72,77%) foram alocados por emendas parlamentares e R\$ 1.172.970.440,00 (27,23%) compreendem os recursos de livre alocação pelo Executivo.

Alguns estudos sobre o processo orçamentário brasileiro⁴ constatam que as emendas parlamentares representam uma pequena percentagem do orçamento global, ou seja, isso significa que os parlamentares, individualmente, têm pouca capacidade de influir no processo decisório de alocação dos recursos públicos. No entanto, essa tendência não é observada no orçamento para o saneamento básico, pois 72,77% dos recursos previstos na LOA de 2007 foram definidos por emendas parlamentares e apenas 27,23% dos recursos previstos podem ser livremente alocados pelo Executivo. O elevado grau de comprometimento dos recursos da LOA por emendas parlamentares enrijece a execução orçamentária e deixa pouca flexibilidade para que o Executivo adote critérios mais eficientes na alocação dos recursos disponíveis.

A baixa liberdade orçamentária no setor vem sendo constatada pelo menos desde o ano de 2004⁵, conforme se observa na Tabela 2.

Tabela 2

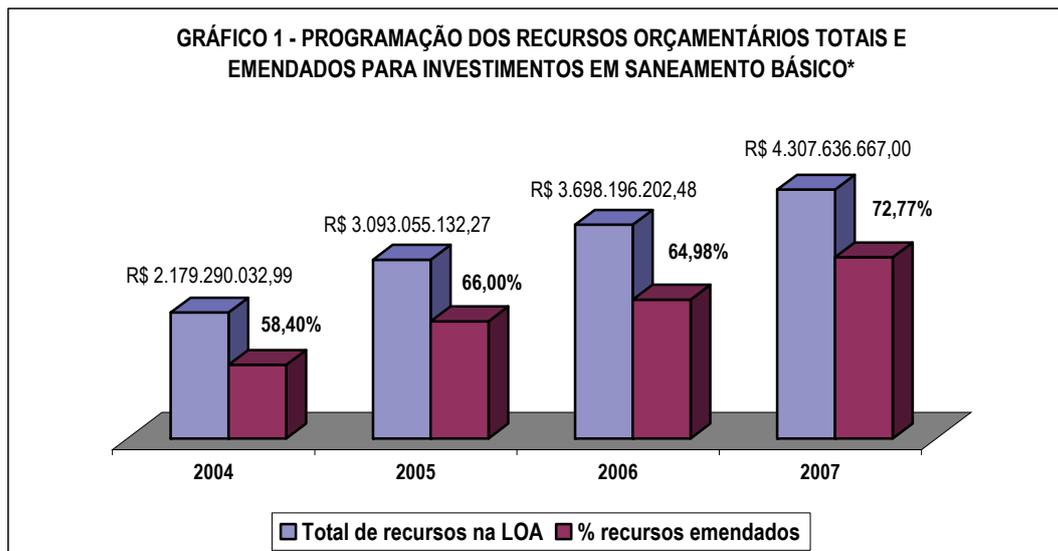
Evolução do grau de liberdade orçamentária dos recursos federais para o saneamento básico em valores históricos

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	2004	2005	2006	2007
Valor de recursos programados na LOA (R\$)	1.847.982.501,00	2.869.427.410,00	3.635.481.847,00	4.307.636.667,00
Valor de recursos com emenda (R\$)	1.079.086.446,00	1.880.922.582,00	2.362.217.124,00	3.134.666.227,00
% Emendas/ Total programado	58,40%	66,00%	64,98%	72,77%

No Gráfico 1, pode-se observar a evolução da programação dos recursos orçamentários e o percentual de recursos emendados nas LOA's para os investimentos federais em saneamento básico de 2004 a 2007, com correção monetária pelo IGP-DI médio anual da FGV para o ano de 2006. Destaca-se a relevância da participação do Poder Legislativo na alocação dos recursos para o setor de saneamento básico e seu crescimento contínuo anual.

4 PEREIRA, C. e MUELLER, B. (2002) Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre o Executivo e o Legislativo na Elaboração do Orçamento Público. Revista Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro e FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F. (1999) As Relações Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro, Editora FGV.

5 MINISTÉRIO DAS CIDADES.(2006) Investimentos Federais em Saneamento – Relatório de Aplicações entre 01 de janeiro de 2003 a 15 de junho de 2006.



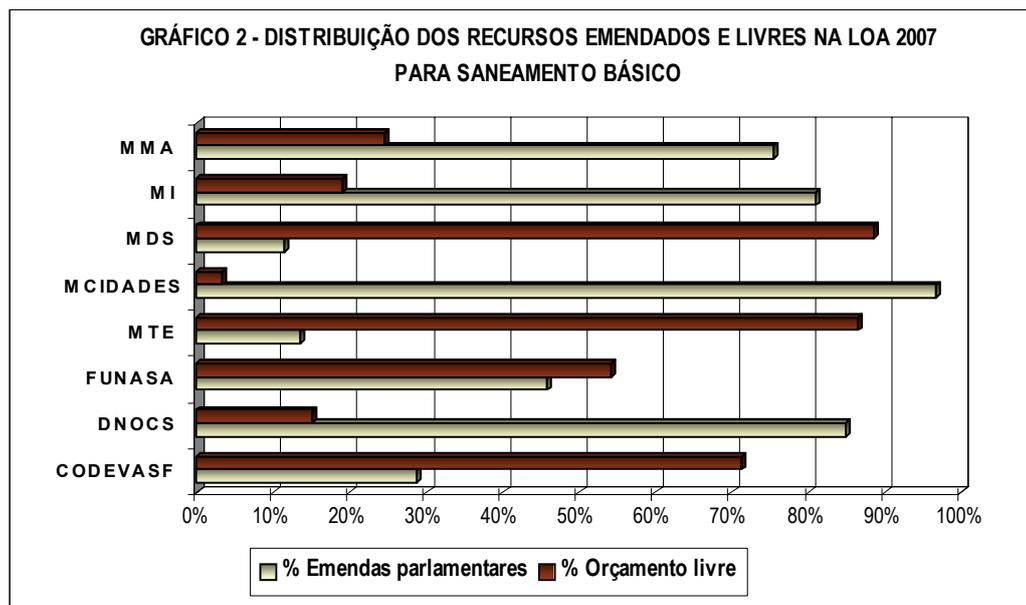
**As séries foram indexadas pelo índice IGP-DI médio anual da FGV para o ano de 2006.

Na Tabela 3 estão detalhadas os valores dos recursos federais livres e emendados na LOA 2007, por Órgão Executor.

Tabela 3
Recursos Federais livres e emendados na LOA 2007 para o Saneamento Básico por Órgão Executor

ÓRGÃO	RECURSOS NÃO ONEROSOS			
	Recursos de Emendas		Recursos Livres	
	R\$	%	R\$	%
MCIDADES - Ministério das Cidades	1.919.896.668,00	61,25	64.300.000,00	5,48
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde	710.380.562,00	22,66	843.042.494,00	71,87
MI - Ministério da Integração Nacional	341.105.038,00	10,88	80.605.037,00	6,87
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	33.500.000,00	1,07	82.768.931,00	7,06
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	82.069.216,00	2,62	14.725.000,00	1,26
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	7.889.743,00	0,25	61.306.991,00	5,23
MMA – Ministério do Meio Ambiente	37.800.000,00	1,21	13.246.987,00	1,13
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego	2.025.000,00	0,06	12.975.000,00	1,11
TOTAL	3.134.666.227,00	100	1.172.970.440,00	100

No Gráfico 2, pode-se comparar o grau de liberdade de alocação dos recursos federais na LOA 2007 para investimentos em saneamento básico programados nos orçamentos dos Órgãos Executores.



A Tabela 4 detalha a distribuição dos recursos de livre alocação, os valores emendados e os recursos totais disponíveis na Lei Orçamentária Anual de 2007 para investimentos em saneamento básico, por Programa de Governo.

Tabela 4
Recursos Federais livres e emendados na LOA 2007, por Programa de Governo

RECURSOS FEDERAIS POR PROGRAMA				
PROGRAMA	LIVRES (R\$)	EMENDADOS (R\$)	TOTAL (R\$)	% de recursos emendados
Serviços Urbanos de Água e Esgoto	603.944.618,00	924.967.789,00	1.528.912.407,00	60,50
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte (Pró-Municípios)	0,00	1.005.485.668,00	1.005.485.668,00	100,00
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte (Pró-Municípios)	0,00	527.160.000,00	527.160.000,00	100,00
Proágua Infra-Estrutura	78.080.037,00	306.424.254,00	384.504.291,00	79,69
Drenagem Urbana Sustentável	50.360.000,00	272.810.000,00	323.170.000,00	84,42
Saneamento Rural	172.339.680,00	19.520.000,00	191.859.680,00	10,17
Resíduos Sólidos Urbanos	86.086.183,00	31.708.773,00	117.794.956,00	26,92
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade	73.268.931,00	15.000.000,00	88.268.931,00	16,99
Acesso à Alimentação	61.306.991,00	7.889.743,00	69.196.734,00	11,40
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	13.334.000,00	22.000.000,00	35.334.000,00	62,26
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (CONVIVER)	18.750.000,00	1.700.000,00	20.450.000,00	8,31
Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	15.500.000,00	0,00	15.500.000,00	0,00
TOTAL GERAL	1.172.970.440,00	3.134.666.227,00	4.307.636.667,00	72,77

Na LOA de 2007, para o saneamento básico, foram aprovadas 1912 emendas individuais e 161 coletivas. Apesar do maior número de emendas individuais, em termos monetários, constatou-se que, do montante de recursos total para emendas parlamentares (R\$ 3.134.666.227,00), 32,45% dos recursos foram destinados para as emendas individuais e 67,55% para as coletivas⁶.

A Tabela 5 detalha a alocação dos recursos das emendas parlamentares na Lei Orçamentária Anual de 2007, por Programa de Governo e tipo de emenda. Observa-se que, de 2073 emendas, é comum observar o fracionamento das emendas em um número superior aos contratos de repasse em virtude da prática dos parlamentares de dividir para vários municípios o valor total de cada emenda. Esse procedimento acentua o fracionamento dos recursos e dificulta seu melhor aproveitamento pelo Poder Executivo.

Tabela 5
Distribuição das emendas parlamentares para o saneamento básico na LOA 2007,
por Programa de Governo

PROGRAMA		TIPO DE EMENDA			
		Individual	Bancada	Comissão/ Relator	TOTAL
Serviços Urbanos de Água e Esgoto	TOTAL (R\$)	249.171.000,00	542.350.000,00	133.446.788,97	924.967.789,00
	Nº de emendas	480	50	11	541
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte (Pró-Municípios)	TOTAL (R\$)	538.558.668,00	381.927.000,00	85.000.000,00	1.005.485.668,00
	Nº de emendas	1031	24	1	1056
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte (Pró-Municípios)	TOTAL (R\$)	124.990.000,00	396.170.000,00	6.000.000,00	527.160.000,00
	Nº de emendas	156	26	1	183
Proágua Infra-Estrutura	TOTAL (R\$)	37.044.216,00	263.400.000,00	5.980.038,00	306.424.254,00
	Nº de emendas	84	15	5	104
Drenagem Urbana Sustentável	TOTAL (R\$)	30.610.000,00	242.200.000,00	-	272.810.000,00
	Nº de emendas	55	16	-	71
Saneamento Rural	TOTAL (R\$)	19.520.000,08	-	-	19.520.000,00
	Nº de emendas	56	-	-	56
Resíduos Sólidos Urbanos	TOTAL (R\$)	15.629.999,85	7.000.000,00	9.078.773,00	31.708.772,85
	Nº de emendas	45	1	4	50
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade	TOTAL (R\$)	-	-	15.000.000,00	15.000.000,00
	Nº de emendas	-	-	1	1
Acesso à Alimentação (Cisternas)	TOTAL (R\$)	-	-	7.889.743,00	7.889.743,00
	Nº de emendas	-	-	4	4
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	TOTAL (R\$)	-	-	22.000.000,00	22.000.000,00
	Nº de emendas	-	-	2	2
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido	TOTAL (R\$)	1.700.000,00	-	-	1.700.000,00
	Nº de emendas	5	-	-	5
TOTAL	TOTAL (R\$)	1.017.223.883,93	1.833.047.000,00	284.395.342,97	3.134.666.227,00
	Nº de emendas	1912	132	29	2073

⁶ As emendas de relator foram computadas como coletivas nas análises realizadas neste Relatório.

1.1.2. Incremento de Recursos Não Onerosos em 2007 - Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Durante a fase de execução do orçamento, se houver necessidade de realização de despesas acima do limite previsto na LOA, o orçamento pode ser retificado visando atender a situações não previstas à época de sua elaboração. O instrumento utilizado para tal retificação é o crédito adicional, que por definição legal, é a autorização de despesa não computada ou insuficientemente dotada na LOA. Nesses casos, o Poder Executivo pode submeter ao Congresso Nacional um Projeto de Lei de Crédito Adicional ou editar uma Medida Provisória (MP).

Em 2007, para viabilizar os empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento e incrementar o Orçamento de 2007, o Executivo editou as MP's n°s 381, de 05 de julho; 383, de 16 de agosto; e, 395, de 27 de setembro, reforçando a dotação orçamentária prevista para 2007, aumentando os recursos aprovados na LOA para o saneamento básico. Com os créditos adicionais, foram disponibilizados R\$ 1.449.219.249,00 para o Ministério das Cidades, R\$ 824.746.039,00 para a Fundação Nacional de Saúde (Funasa); R\$ 341.152.000,00 para o Ministério da Integração (MI); R\$ 244.503.782,00 para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF/MI); e, R\$ 91.800.000,00 para o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS/MI), acrescentando um total de R\$ 2.951.421.070,00 ao orçamento de 2007 para o saneamento básico.

Com essas medidas, incrementaram-se em 68,52% os recursos não onerosos para o setor de saneamento básico, que passou a dispor de R\$ 7.259.057.737,00 em recursos da LOA para investimentos em 2007, conforme os dados da Tabela 6. A Tabela detalha os recursos que foram inicialmente previstos na LOA, os créditos adicionais, o orçamento global disponível para o saneamento básico no ano de 2007 e o incremento de recursos para os Órgãos Executores.

Tabela 6

Distribuição dos recursos federais da LOA para o saneamento em 2007 (LOA + Créditos Adicionais) por Órgão Executor

ÓRGÃO	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS						
	LOA 2007		Créditos Adicionais		TOTAL		Incremento de Recursos
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
MCIDADES	1.984.196.668,00	46,06	1.449.219.249,00	49,10	3.433.415.917,00	47,34	73,04%
FUNASA (MS)	1.553.423.056,00	36,06	824.746.039,00	27,94	2.378.169.095,00	32,73	53,09%
MI	421.710.075,00	9,79	341.152.000,00	11,56	762.862.075,00	10,50	80,90%
CODEVASF (MI)	116.268.931,00	2,70	244.503.782,00	8,28	360.772.713,00	4,97	210,29%
DNOCS (MI)	96.794.216,00	2,25	91.800.000,00	3,11	188.594.216,00	2,60	94,84%
MDS	69.196.734,00	1,61	-	-	69.196.734,00	0,95	0%
MMA	51.046.987,00	1,18	-	-	51.046.987,00	0,69	0%
MTE	15.000.000,00	0,35	-	-	15.000.000,00	0,21	0%
TOTAL	4.307.636.667,00	100	2.951.421.070,00	100	7.259.057.737,00	100	68,51%

Na Tabela 7 estão detalhados os recursos que foram inicialmente previstos na LOA, os créditos adicionais e o orçamento final disponível para o saneamento básico no ano de 2007, por Programa de Governo.

Tabela 7
Distribuição dos Recursos Federais da LOA para o Saneamento Básico em 2007
(LOA + Créditos Adicionais), por Programa de Governo

PROGRAMAS	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS					
	LOA 2007		Créditos Adicionais		TOTAL	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Serviços Urbanos de Água e Esgoto	1.528.912.407,00	35,49	1.359.627.887,00	46,07	2.888.540.329,49	39,79
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte (Pró-Municípios)	1.005.485.668,00	23,34	-	0,00	1.005.485.691,34	13,85
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte (Pró-Municípios)	527.160.000,00	12,24	-	0,00	527.160.012,24	7,26
Proágua Infra-Estrutura	384.504.291,00	8,93	378.050.000,00	12,81	762.554.299,93	10,50
Drenagem Urbana Sustentável	323.170.000,00	7,50	82.083.000,00	2,78	405.253.007,50	5,58
Saneamento Rural	191.859.680,00	4,45	116.337.848,00	3,94	308.197.532,45	4,25
Resíduos Sólidos Urbanos	117.794.956,00	2,73	68.973.575,00	2,34	186.768.533,73	2,57
Revitalização das Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	88.268.931,00	2,05	244.503.782,00	8,28	332.772.715,05	4,58
Acesso à Alimentação (Cisternas)	69.196.734,00	1,61	-	-	69.196.735,61	0,95
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	35.334.000,00	0,82	-	-	35.334.000,82	0,49
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (CONVIVER)	20.450.000,00	0,47	-	-	20.450.000,47	0,28
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	15.500.000,00	0,36	557.442.978,00	18,89	572.942.978,36	7,89
Integração de Bacias Hidrográficas	-	0,00	109.402.000,00	3,71	109.402.000,00	1,51
Fortalecimento da Gestão Urbana	-	0,00	35.000.000,00	1,19	35.000.000,00	0,48
TOTAL	4.307.636.667,00	100	2.951.421.070,00	100	7.259.057.837,00	100

A Tabela 8 detalha os recursos que foram inicialmente previstos na LOA, os créditos adicionais e o orçamento global disponível para os investimentos em saneamento básico no ano de 2007, por modalidade de intervenção.

Tabela 8

Distribuição dos Recursos Federais da LOA para o Saneamento Básico em 2007 (LOA + Créditos Adicionais), por modalidade de intervenção

MODALIDADE	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS					
	LOA 2007		Créditos Adicionais		TOTAL	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Saneamento Integrado	841.171.886,00	19,53	673.780.826,00	22,83	1.514.952.712,00	20,87
Abastecimento de Água	994.734.387,00	23,09	976.747.519,00	33,09	1.971.481.906,00	27,16
Esgotamento Sanitário	372.670.288,00	8,65	1.062.881.551,00	36,01	1.435.551.839,00	19,78
Drenagem Urbana	323.170.000,00	7,50	82.083.000,00	2,78	405.253.000,00	5,58
Resíduos Sólidos Urbanos	116.889.930,00	2,71	89.928.175,00	3,05	206.818.105,00	2,85
Pro-Municípios	1.532.645.668,00	35,58	-	-	1.532.645.668,00	21,11
Outros ⁷	126.354.508,00	2,93	-	-	126.354.508,00	1,74
Estudos e Projetos	-	-	66.000.000,00	2,24	66.000.000,00	0,91
TOTAL	4.307.636.667,00	100	2.951.421.071,00	100	7.259.057.737,00	100

1.2. Planejamento dos Investimentos com Recursos Onerosos

No ano de 2007 foram previstos R\$ 3.150.000.000,00 para financiamentos de ações de saneamento básico, considerando-se apenas o orçamento do FGTS⁸. A alocação dos recursos onerosos (tanto para os mutuários públicos como para os concessionários privados de serviços de saneamento⁹) foi realizada por processos de seleção pública, cujas instruções e calendários de realização foram publicados periodicamente no sítio eletrônico do Ministério das Cidades e no Diário Oficial da União.

Para os mutuários públicos foram previstos R\$ 2.500.000.000,00, de acordo com a seguinte divisão por modalidade: 50% para esgotamento sanitário; 30% para abastecimento de água; 10% para drenagem urbana; 8% para coleta de resíduos sólidos; e, 2% para desenvolvimento institucional e estudos e projetos. Para os mutuários privados foram previstos R\$ R\$ 650.000.000,00, sem distinção prévia de modalidades.

1.3. Recursos Totais para Investimentos em Saneamento em 2007

O montante de recursos disponíveis previstos para os investimentos em saneamento básico (total de onerosos e não onerosos) no ano de 2007 foi de R\$ 10.409.057.737,00, sendo 69,73% oriundos do Orçamento Geral da União e 30,26% de financiamentos. Vale recordar que esse valor disponível é, efetivamente, mais elevado, já que não está incluída a parcela relativa aos financiamentos disponibilizados pelo BNDES.

⁷ Inclui rubricas não classificadas em nenhuma das modalidades apresentadas, como: Gestão e Administração do Programa, Apoio a Projetos de Ação Social em Saneamento, apoio ao desenvolvimento institucional de prestadores de serviço, apoio à gestão dos sistemas de saneamento básico, implantação de melhorias na infra-estrutura domiciliar, dentre outros.

⁸ A programação de investimentos em saneamento do BNDES para 2007 não foi disponibilizada ao Ministério das Cidades.

⁹ Inclusive de financiamento a sociedades de propósito específico (SPE) tendo como objetivo a construção de ativos de saneamento para locação.

A Tabela 9 mostra a programação de recursos para investimentos em saneamento básico desde o ano de 2004, quando se iniciou esta metodologia de contabilização de gastos em saneamento básico.

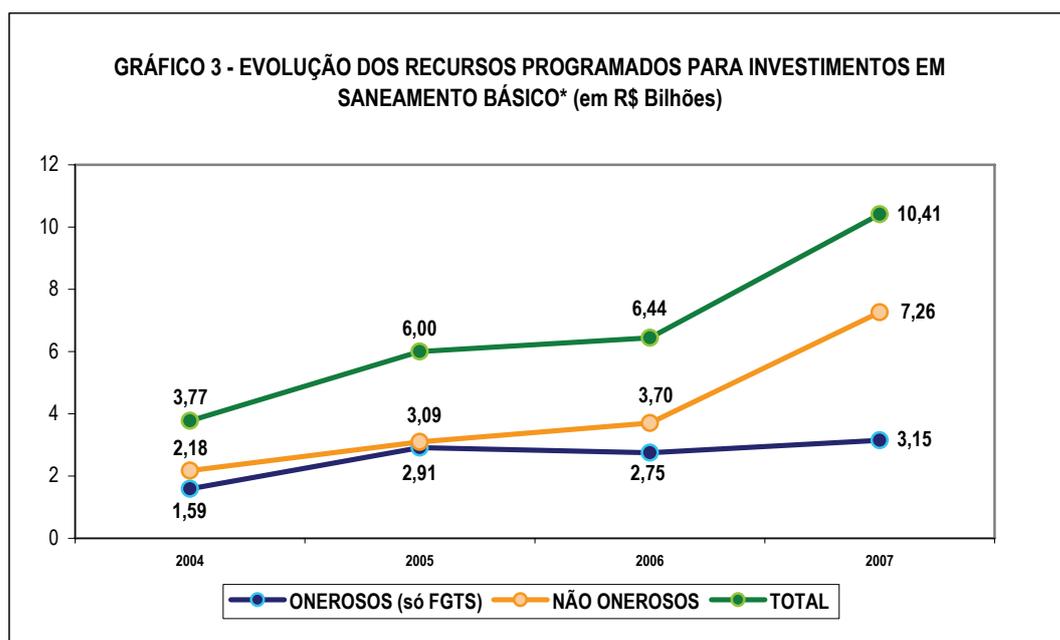
Tabela 9

Recursos programados para investimentos em Saneamento Básico em valores históricos

RECURSOS PROGRAMADOS PARA INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO (R\$)				
FONTE DE RECURSOS	2004	2005	2006	2007
NÃO ONEROSOS (LOA)	1.847.982.501,00	2.869.427.410,00	3.635.481.847,00	7.259.057.737,00
ONEROSOS (só FGTS)	2.397.201.000,00	2.700.000.000,00	2.700.000.000,00	3.150.000.000,00
TOTAL	4.772.022.252,00	5.619.177.411,00	6.335.481.847,00	10.409.057.737,00

A comparação da evolução dos recursos disponíveis para investimentos em saneamento básico, com correção monetária pelo IGP-DI médio anual da FGV para o ano de 2006, disponível no Gráfico 3, demonstra os significativos avanços do Governo Federal na tentativa de ampliar os recursos da LOA para investimentos em saneamento básico. A consolidação desta tendência é um objetivo estratégico a ser perseguido, tendo em vista a necessidade de equacionar os problemas decorrentes da falta de saneamento básico para a população brasileira e enfrentar o déficit social existente.

Na comparação entre os recursos programados em 2007 com a média dos anos anteriores (2003 a 2006), constata-se que no exercício financeiro de 2007 houve um aumento de 17,67% na disponibilidade computada de recursos onerosos, 132,94% de recursos não onerosos e um incremento de 79,11% de recursos totais disponíveis para investimentos em saneamento básico.



*As séries foram indexadas pelo IGP-DI médio anual da FGV para o ano de 2006

A retomada dos investimentos federais e dos fundos financiadores no setor de saneamento básico está sendo consolidada pelo Programa de Aceleração do Crescimento, que ampliou consideravelmente os recursos disponíveis para os próximos anos (2008 a 2010) e objetiva promover a regularidade e a previsibilidade da oferta recursos num horizonte quadrienal, proporcionando condições favoráveis para o planejamento setorial.

Essas são condições extremamente relevantes e favoráveis para o setor, principalmente em função da gestão descentralizada dos serviços públicos de saneamento básico no Brasil. A gestão descentralizada pressupõe o aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação federativa para garantir o sucesso da execução dos empreendimentos, uma vez que, no desenho institucional do setor de saneamento básico, compete aos Estados e Municípios à prestação dos serviços e a execução das intervenções, incluindo a realização das obras.

2. GASTOS EM SANEAMENTO BÁSICO EM 2007

Para contabilizar adequadamente os gastos do Governo Federal e dos fundos financiadores em saneamento básico, adotaram-se duas metodologias para classificação dos gastos: i) compromissos de gastos firmados, que expressam os contratos de financiamento onerosos firmados e os empenhos no Orçamento Geral da União para os recursos não onerosos¹⁰ (sinalizam os investimentos futuros comprometidos); e ii) desembolsos realizados, que são os gastos efetivamente realizados (desembolsos condicionados, em sua maioria, à execução física das etapas dos empreendimentos).

No exercício financeiro de 2007 foram comprometidos R\$ 10.244.948.142,38 e desembolsados R\$ 3.528.781.061,78 para iniciativas de saneamento básico com recursos não onerosos e onerosos.

Os resultados revelam que, em 2007, houve um equilíbrio entre as fontes de recursos para os investimentos em saneamento básico: os recursos onerosos foram a principal fonte de gastos comprometidos, responsáveis por 51,85% do total comprometido no período, enquanto os não onerosos foram responsáveis por 51,99% do total desembolsado.

A Tabela 10 mostra os valores históricos comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico desde o ano de 2003.

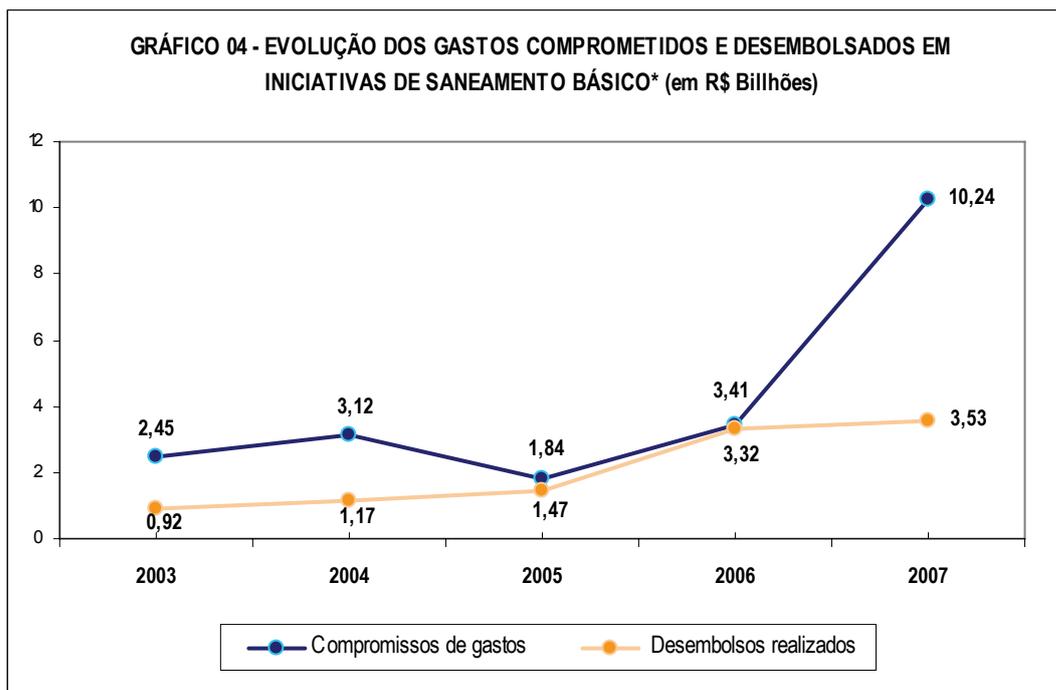
Tabela 10

Valores históricos comprometidos e desembolsados em iniciativas de Saneamento Básico

ANO	COMPROMETIDOS (R\$)	DESEMBOLSADOS (R\$)
2003	2.059.139.266,21	738.687.655,95
2004	2.551.702.248,44	1.034.148.299,26
2005	3.038.006.347,20	1.374.277.879,39
2006	3.441.186.364,06	3.163.190.124,10
2007	10.244.948.142,38	3.528.781.061,78
TOTAL	21.334.982.368,29	9.839.085.020,48

¹⁰ O empenho constitui-se em uma garantia ao credor de que os valores comprometidos têm respaldo orçamentário e é o principal instrumento à disposição da administração pública para controle e acompanhamento da execução dos seus compromissos de gasto.

A evolução dos valores comprometidos e desembolsados para o saneamento básico desde 2003, com correção monetária pelo IGP-DI médio anual da FGV para o ano de 2007, disponível no Gráfico 4, demonstra os significativos avanços do Governo Federal na tentativa de retomar as contratações de operações de crédito e acelerar os empenhos com recursos do OGU. O gráfico revela um crescimento de 278% dos valores comprometidos em 2007 em relação à média dos compromissos de gastos apurados no período anterior (2003 a 2007) e um crescimento de 105% dos valores desembolsados no exercício financeiro de 2007 em relação à média do período anterior.



*As séries foram indexadas pelo IGP-DI médio anual da FGV para o ano de 2007

O excelente desempenho dos compromissos de gastos se justifica, em grande medida, em virtude do aumento expressivo da disponibilidade de recursos pelo Programa de Aceleração do Crescimento, especialmente de recursos não onerosos. Além disso, cumpre salientar a prioridade conferida pelo Governo Federal aos recursos do PAC, que impede que seus empreendimentos sofram os efeitos dos contingenciamentos orçamentários e financeiros. Os reflexos deste incremento nos compromissos de gasto sobre os desembolsos deverão ser observados quando as etapas dos empreendimentos forem efetivamente executadas pelos proponentes.

Na análise da alocação dos gastos não onerosos, destaca-se a priorização da Região Nordeste (beneficiada com 47,03% do total comprometido e 44,82% do total desembolsado), onde estão localizadas as áreas com maiores carências na prestação dos serviços e são mais restritas as possibilidades de autofinanciamento dos sistemas que prestam os serviços, dificultando o acesso aos recursos onerosos. Esse processo de focalização do gasto é um importante instrumento à disposição dos gestores públicos para fazer frente às desigualdades regionais de acesso aos serviços públicos¹¹. Além disso, essa distribuição dos recursos pode colaborar para a superação das dificuldades de acesso aos financiamentos e das restrições ao

11 De acordo com os dados de 2006 da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, PNAD, os Municípios da Região Nordeste apresentam uma das menores taxas de cobertura dos serviços de saneamento, com apenas 34,5% dos domicílios com acesso simultâneo aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário por rede geral e coleta de lixo.

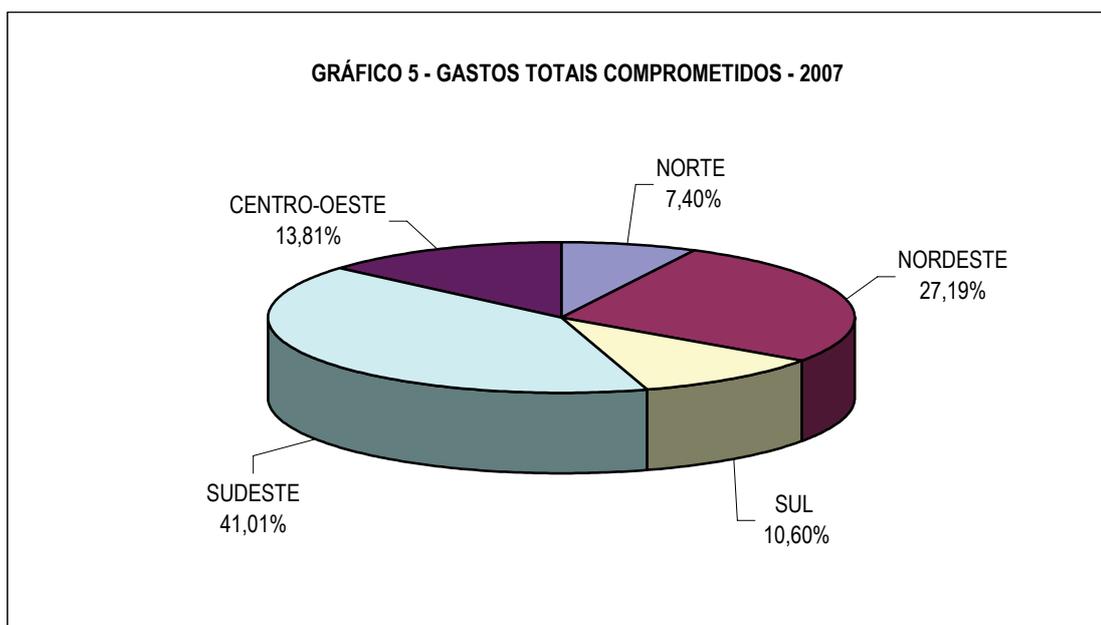
endividamento público interpostas pela legislação fiscal vigente, que atinge de forma mais intensa os Municípios e Estados localizados nas regiões mais carentes do país.

Em relação à distribuição dos recursos onerosos, é importante destacar que a subordinação das contratações à análise da capacidade de pagamento do tomador determina uma concentração dos investimentos em áreas economicamente mais dinâmicas, o que se reflete no maior aporte de recursos comprometidos e desembolsados para os Municípios da Região Sudeste (63,75% e 74,25%, respectivamente).

2.1. Compromissos de Gastos por Fonte de Recursos e Região

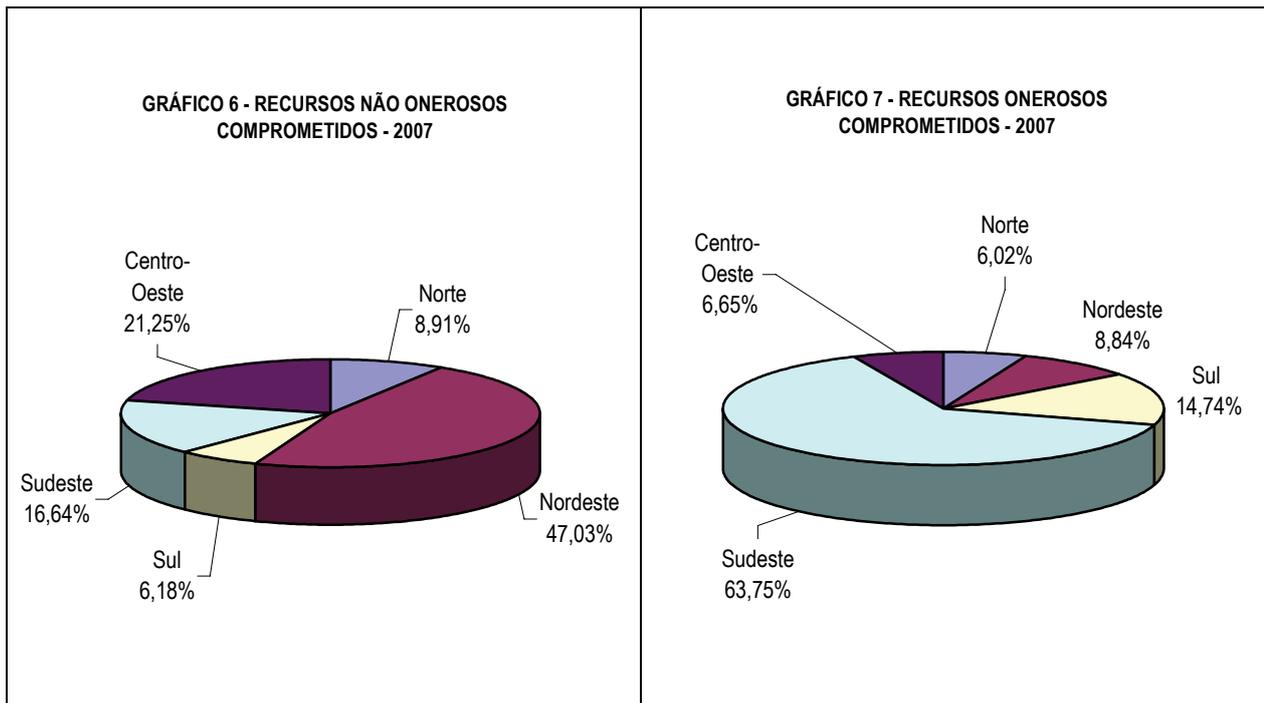
Os valores totais comprometidos em 2007 para o setor de saneamento básico foram de R\$ 10.244.948.142,38, sendo 48,23% oriundos de fontes não onerosas e 51,77% de fontes onerosas.

O gráfico 5 detalha a distribuição dos compromissos de gastos por Grandes Regiões e revela que a maior parte dos gastos comprometidos (onerosos e não onerosos) em 2007 foi direcionada para os municípios das Regiões Sudeste (41,01%) e Nordeste (27,19%) do país.



Os gráficos abaixo detalham os gastos comprometidos por fonte de recursos e Região. De acordo com o Gráfico 6, a maior parte dos gastos comprometidos com recursos não onerosos foi destinada às Regiões Nordeste (47,03%) e Centro-Oeste (21,25%), que, juntas, foram contempladas com 68,28% do total de recursos não onerosos.

Já os gastos comprometidos com recursos financiados (Gráfico 7) foram direcionados, principalmente, para as Regiões Sudeste (63,75%) e Sul (14,74%). Destaca-se que, dentre os financiamentos, o FGTS constituiu-se na principal fonte de recursos, responsável por 62,22% do total comprometido com recursos onerosos.



A Tabela 11 detalha os recursos comprometidos por Unidade da Federação (UF) e por fonte de recursos. A distribuição por UF mostra que os Estados mais contemplados pelos compromissos de gastos firmados foram: Distrito Federal, Paraná e Bahia.

Na alocação dos recursos não onerosos, destacam-se a Bahia (8,88%), o Distrito Federal (8,60%)¹² e o Ceará (8,06%).

Na distribuição dos valores comprometidos com recursos onerosos, os Estados mais beneficiados foram: Minas Gerais (35,03%), São Paulo (25,23%) e Paraná (7,79%). Esses Estados, juntos, foram responsáveis por 68,24% do total de recursos comprometidos, o que demonstra a elevada concentração geográfica desta fonte de recursos.

¹² Uma análise mais detalhada dos dados permite inferir que a elevada proporção de recursos empenhados para o Distrito Federal justifica-se, em grande medida, pelos gastos com administração e gestão de programas, contabilizados como gastos no DF, embora se destinem a custeio de programas e atividades desenvolvidas em todo o território nacional.

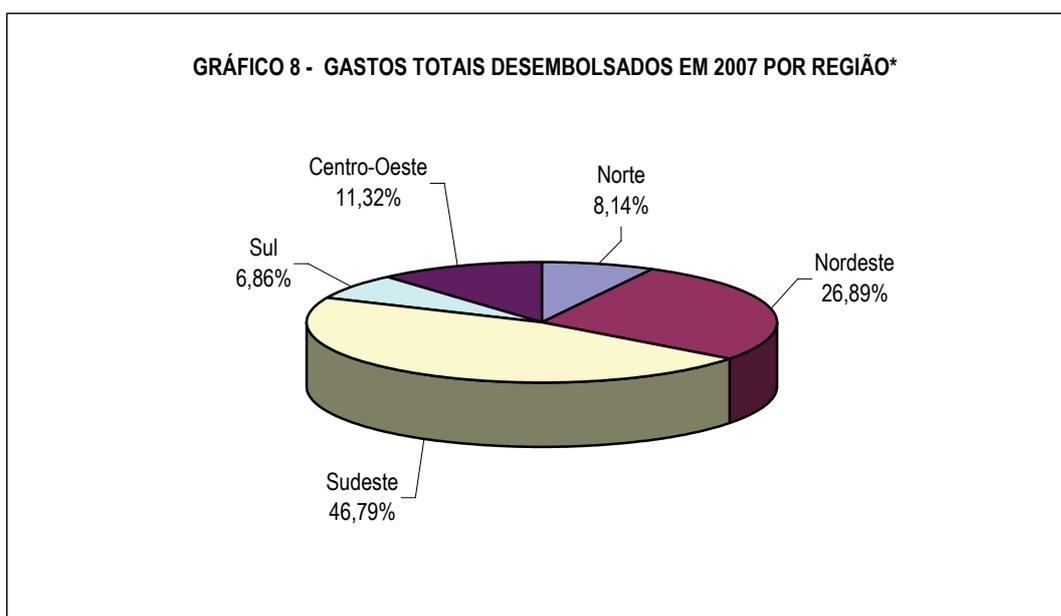
Tabela 11
Recursos comprometidos em 2007, por Unidade da Federação e origem dos recursos

RECURSOS COMPROMETIDOS										
ORÇAMENTÁRIOS			FINANCIAMENTOS				TOTAL			
UF	TOTAL (R\$)	%	FGTS (R\$)	BNDES (R\$)	TOTAL (R\$)	%	TOTAL (R\$)	%	Famílias benef.	Empregos gerados
AC	55.038.216	1,11	-	32.048.964	32.048.964	0,6	87.087.180	0,85	23.965	4.616
AM	40.409.954	0,82	165.000.000	-	165.000.000	3,11	205.409.954	2,00	56.524	10.887
AP	75.000.354	1,52	-	-	-	-	75.000.354	0,73	20.639	3.975
PA	76.983.546	1,56	74.686.408	-	74.686.408	1,41	151.669.954	1,48	41.736	8.039
RO	80.911.509	1,64	-	-	-	0	80.911.509	0,79	22.265	4.288
RR	19.602.040	0,4	-	-	-	0	19.602.040	0,19	5.394	1.039
TO	90.884.795	1,84	47.479.000	-	47.479.000	0,9	138.363.795	1,35	38.075	7.333
NORTE	438.830.414	8,88	287.165.408	32.048.964	319.214.372	6,02	758.044.787	7,4	208.598	40.176
AL	383.632.489	7,77	-	-	-	-	383.632.489	3,74	105.568	20.333
BA	438.661.560	8,88	35.841.509	-	35.841.509	0,68	474.503.068	4,63	130.573	25.149
CE	398.284.183	8,06	27.593.808	-	27.593.808	0,52	425.877.991	4,16	117.193	22.572
MA	127.074.090	2,57	-	-	-	-	127.074.090	1,24	34.968	6.735
PB	248.466.263	5,03	-	-	-	-	248.466.263	2,43	68.373	13.169
PE	301.449.978	6,1	94.445.000	-	94.445.000	1,78	395.894.978	3,86	108.942	20.982
PI	161.036.247	3,26	21.170.000	-	21.170.000	0,4	182.206.247	1,78	50.139	9.657
RN	104.960.670	2,12	289.871.264	-	289.871.264	5,46	394.831.935	3,85	108.649	20.926
SE	152.743.753	3,09	-	-	-	-	152.743.753	1,49	42.032	8.095
NORDESTE	2.316.309.232	46,88	468.921.581	-	468.921.581	8,84	2.785.230.814	27,19	766.437	147.617
PR	100.448.745	2,03	185.183.944	228.024.780	413.208.724	7,79	513.657.468	5,01	141.348	27.224
RS	117.480.277	2,38	270.383.393	-	270.383.393	5,1	387.863.670	3,79	106.732	20.557
SC	86.237.595	1,75	58.769.966	39.667.572	98.437.538	1,86	184.675.133	1,8	50.819	9.788
SUL	304.166.616	6,16	514.337.303	267.692.352	782.029.655	14,74	1.086.196.271	10,6	298.898	57.568
ES	70.445.704	1,43	67.437.671	-	67.437.671	1,27	137.883.375	1,35	37.943	7.308
MG	294.797.655	5,97	331.593.467	1.526.610.644	1.858.204.111	35,03	2.153.001.766	21,02	592.461	114.109
RJ	257.155.865	5,21	102.060.676	15.555.300	117.615.976	2,22	374.771.841	3,66	103.129	19.863
SP	197.315.736	3,99	1.176.082.163	162.024.975	1.338.107.138	25,23	1.535.422.874	14,99	422.516	81.377
SUDESTE	819.714.960	16,59	1.677.173.976	1.704.190.919	3.381.364.895	63,75	4.201.079.855	41,01	1.156.048	222.657
DF	425.104.016	8,6	142.979.127	-	142.979.127	2,7	568.083.142	5,55	156.324	30.108
GO	301.800.603	6,11	16.513.455	-	16.513.455	0,31	318.314.057	3,11	87.593	16.871
MS	137.401.800	2,78	163.235.196	-	163.235.196	3,08	300.636.996	2,93	82.729	15.934
MT	197.184.636	3,99	30.177.584	-	30.177.584	0,57	227.362.220	2,22	62.565	12.050
CENTRO OESTE	1.061.491.054	21,49	352.905.361	-	352.905.361	6,65	1.414.396.416	13,81	389.212	74.963
BRASIL	4.940.512.277	100	3.300.503.631	2.003.932.235	5.304.435.865	100	10.244.948.142	100	2.819.193	542.982

2.2 Desembolsos Realizados por Fonte de Recursos e Região

Os desembolsos realizados em 2007 para iniciativas de saneamento básico foram de R\$ 3.528.781.061,78. Nesse montante estão computadas todas as despesas efetivamente realizadas em 2007, inclusive aquelas executadas em rubricas orçamentárias de restos a pagar (proveniente de anos anteriores).

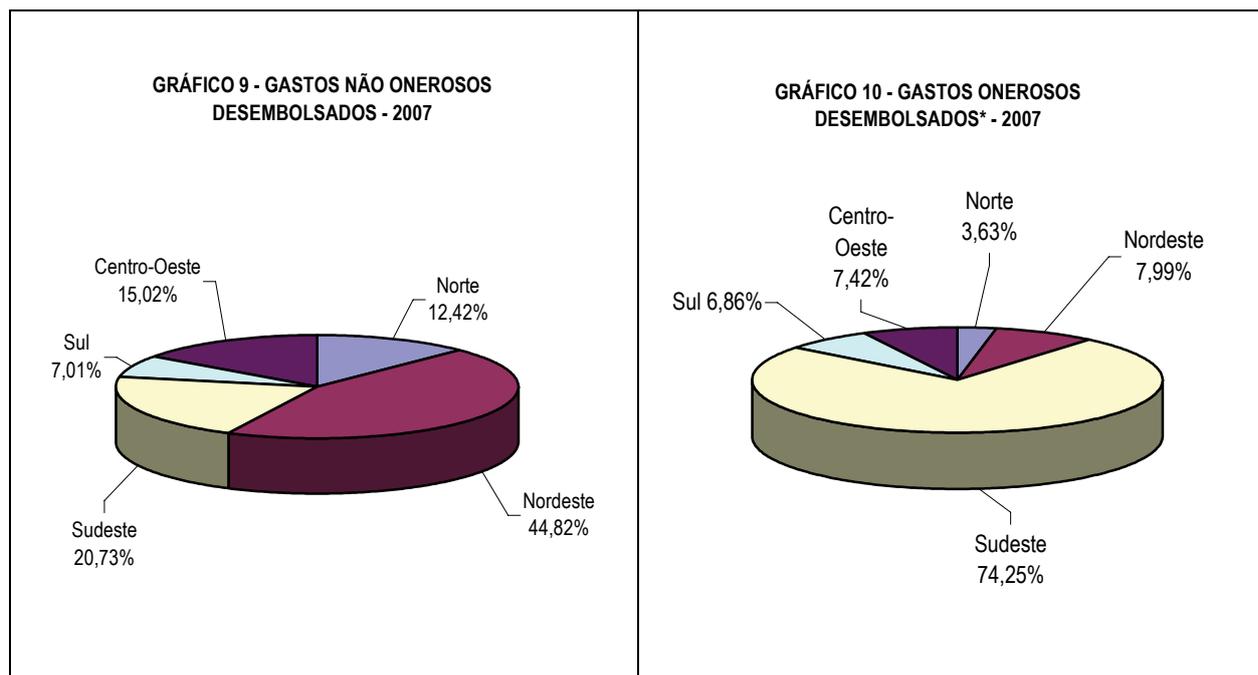
O Gráfico 8 revela que os gastos totais (onerosos e não onerosos) desembolsados para o saneamento básico em 2007 beneficiaram, principalmente, os Municípios das Regiões Sudeste (46,79%) e Nordeste (26,89%).



*Os valores relativos ao BNDES podem apresentar pequenas diferenças devido às dificuldades de obter os dados finais de todas as operações.

Os gráficos abaixo detalham os desembolsos realizados por fonte de recursos e por Grandes Regiões. De acordo com o Gráfico 9, a maior parte dos desembolsos realizados com recursos não onerosos foi destinada às Regiões Nordeste (44,82%) e Centro-Oeste (15,02%), que, juntas, foram contempladas com 59,84% do total de gastos não onerosos desembolsados.

Já os desembolsos realizados por fontes de recursos onerosos (Gráfico 10) foram direcionados, principalmente, para os Municípios da Região Sudeste que foram contemplados com 74,25% dos desembolsos.



*Os valores relativos ao BNDES podem apresentar pequenas diferenças devido às dificuldades de obter os dados finais de todas as operações.

A Tabela 12 detalha a distribuição dos desembolsos em 2007, por Unidade da Federação e por fonte de recursos. A distribuição mostra que as UF's que receberam maiores desembolsos foram: Minas Gerais, São Paulo, o Ceará e o Paraná.

Os desembolsos com recursos não onerosos mostram que os Estados que receberam maior aporte de gastos foram: Ceará, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro. Já com recursos onerosos, as Unidades da Federação mais beneficiadas foram: Minas Gerais, São Paulo e o Paraná, confirmando a tendência à concentração dos gastos com recursos onerosos em UF's com maiores condições de arcar com os custos dos financiamentos.

Tabela 12

Recursos desembolsados com iniciativas de saneamento em 2007, por Unidade da Federação

RECURSOS DESEMBOLSADOS								
ORÇAMENTÁRIOS			FINANCIAMENTOS				TOTAL	
UF	TOTAL (R\$)	%	FGTS (R\$)	BNDES* (R\$)	TOTAL *(R\$)	%	TOTAL* (R\$)	%
AC	17.057.249,50	0,94	805.119,63	11.951.554,00	12.756.673,63	0,74	29.813.923,13	0,84
AM	22.440.518,09	1,24	26.754.578,31	-	26.754.578,31	1,56	49.195.096,40	1,39
AP	38.634.394,09	2,13	-	-	0,00	0,00	38.634.394,09	1,09
PA	50.299.502,82	2,78	19.406.682,51	-	19.406.682,51	1,13	69.706.185,33	1,98
RO	26.018.363,06	1,44	544.761,16	-	544.761,16	0,03	26.563.124,22	0,75
RR	16.191.749,33	0,89	2.688.490,62	-	2.688.490,62	0,16	18.880.239,95	0,54
TO	54.250.971,22	3,00	262.104,23	-	262.104,23	0,02	54.513.075,45	1,54
NORTE	224.892.748,11	12,42	50.461.736,46	11.951.554,00	62.413.290,46	3,63	287.306.038,57	8,14
AL	76.463.411,48	4,22	-	-	-	0,00	76.463.411,48	2,17
BA	100.913.364,36	5,57	36.774.427,49	-	36.774.427,49	2,14	137.687.791,85	3,90
CE	167.705.333,26	9,26	22.448.384,05	4.240.000,00	26.688.384,05	1,55	194.393.717,31	5,51
MA	58.384.420,95	3,22	-	-	-	0,00	58.384.420,95	1,65
PB	108.011.821,46	5,97	16.932.457,75	15.500.000,00	32.432.457,75	1,89	140.444.279,21	3,98

RECURSOS DESEMBOLSADOS								
ORÇAMENTÁRIOS			FINANCIAMENTOS				TOTAL	
UF	TOTAL (R\$)	%	FGTS (R\$)	BNDES* (R\$)	TOTAL *(R\$)	%	TOTAL* (R\$)	%
PE	122.235.156,40	6,75	49.674,75	6.731.000,00	6.780.674,75	0,39	129.015.831,15	3,66
PI	92.477.608,76	5,11	3.688.441,40		3.688.441,40	0,21	96.166.050,16	2,73
RN	51.128.946,09	2,82	30.938.028,65		30.938.028,65	1,80	82.066.974,74	2,33
SE	34.294.689,06	1,89	-			0,00	34.294.689,06	0,97
NORDESTE	811.614.751,82	44,83	110.831.414,09	26.471.000,00	137.302.414,09	7,99	948.917.165,91	26,89
PR	51.560.357,25	2,85	98.186.739,39	1.500.000,00	99.686.739,39	5,80	151.247.096,64	4,29
RS	31.381.731,54	1,73	3.608.524,65		3.608.524,65	0,21	34.990.256,19	0,99
SC	43.952.473,59	2,43	9.609.263,35	2.350.000,00	11.959.263,35	0,70	55.911.736,94	1,58
SUL	126.894.562,38	7,01	111.404.527,39	3.850.000,00	115.254.527,39	6,71	242.149.089,77	6,86
ES	22.083.815,15	1,22	5.486.394,60		5.486.394,60	0,32	27.570.209,75	0,78
MG	130.784.498,42	7,22	295.609.762,95	677.288.059,77	972.897.822,72	56,62	1.103.682.321,14	31,28
RJ	119.611.244,14	6,61	1.888.846,58	20.349.573,35	22.238.419,93	1,29	141.849.664,07	4,02
SP	102.864.371,50	5,68	179.224.601,76	95.887.834,47	275.112.436,23	16,01	377.976.807,73	10,71
SUDESTE	375.343.929,21	20,73	482.209.605,89	793.525.467,59	1.275.735.073,48	74,25	1.651.079.002,69	46,79
DF	67.519.445,41	3,73	7.210.363,96	16.363.676,19	23.574.040,15	1,37	91.093.485,56	2,58
GO	88.734.834,47	4,90	3.563.478,46	3.449.107,50	7.012.585,96	0,41	95.747.420,43	2,71
MS	53.084.346,29	2,93	86.612.919,31		86.612.919,31	5,04	139.697.265,60	3,96
MT	62.532.644,26	3,45	6.158.948,99	4.100.000,00	10.258.948,99	0,60	72.791.593,25	2,06
CENTRO OESTE	271.871.270,43	15,02	103.545.710,72	23.912.783,69	127.458.494,41	7,42	399.329.764,84	11,32
BRASIL	1.810.617.261,95	100	858.452.994,55	859.710.805,28	1.718.163.799,83	100	3.528.781.061,78	100

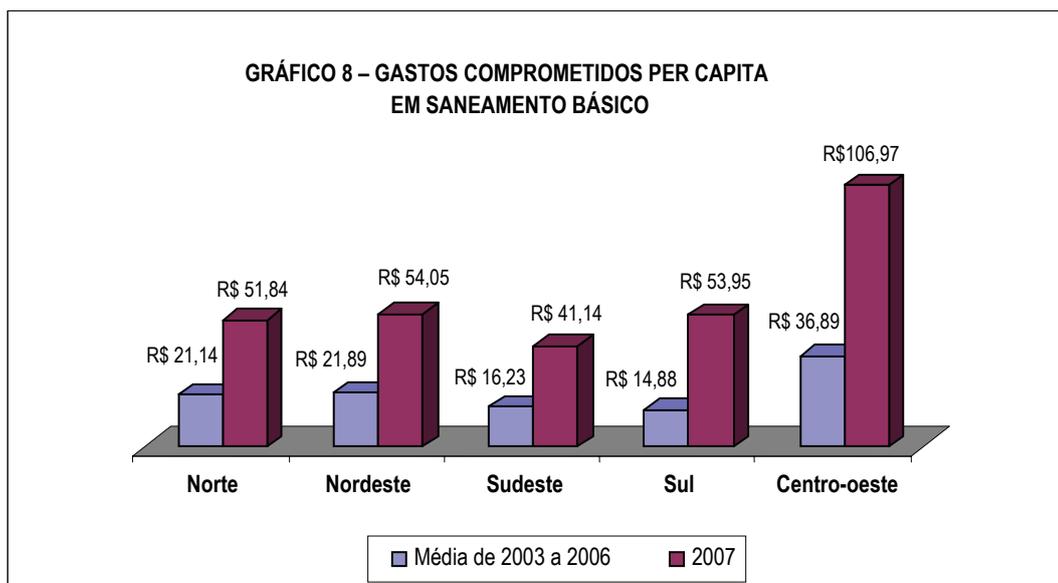
*Os valores relativos ao BNDES podem apresentar pequenas diferenças devido às dificuldades de obter os dados finais de todas as operações.

2.3. Gastos Per Capita

Os dados reunidos revelam que no exercício financeiro de 2007 foram comprometidos R\$ 55,68 e desembolsados R\$ 29,56 per capita em iniciativas de saneamento básico.

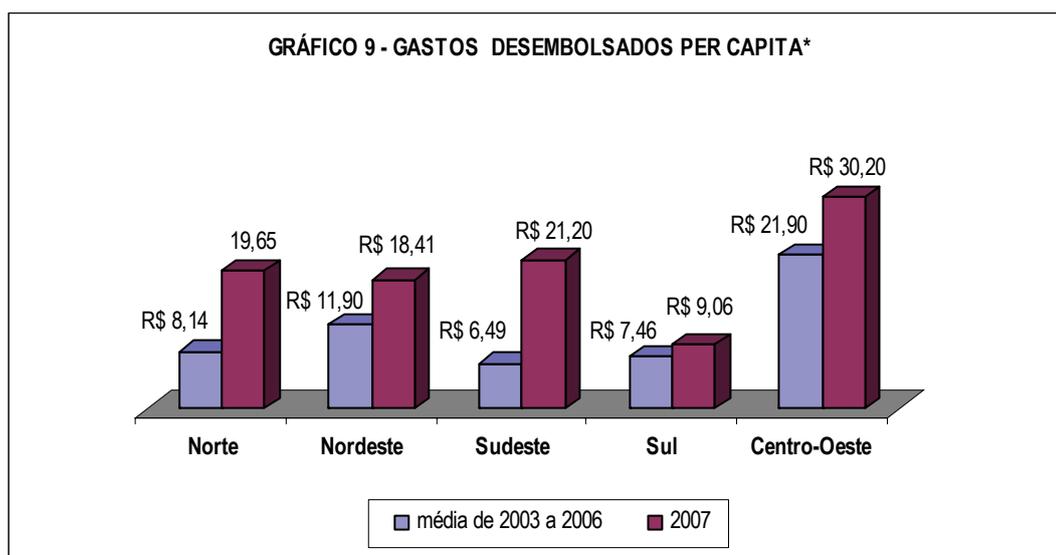
A análise dos gastos per capita mostra, em 2007, um crescimento de 184% dos valores comprometidos em iniciativas de saneamento básico em relação à média per capita apurada de 2003 a 2006: passou-se de um valor de R\$ 19,55 para R\$ 55,68 per capita comprometido em 2007.

No Gráfico 8, pode-se observar a evolução dos compromissos de gasto nos dois períodos, por Grandes Regiões. Nota-se o substancial crescimento do gasto na Região Centro-Oeste (187%) e, também a Região Sul, com 263%.



Os dados relativos aos desembolsos per capita realizados em 2007 revelam um crescimento de 216% dos gastos desembolsados per capita em relação à média de 2003 a 2006: passou-se de uma média per capita ano de R\$ 9,35 para R\$ 29,56 per capita em 2007

No Gráfico 9, pode-se observar a evolução dos desembolsos realizados nos dois períodos, por Grandes Regiões. Nota-se o substancial crescimento de 227% dos desembolsos per capita realizados na Região Sudeste, constituídos, principalmente, por recursos onerosos, que foram de R\$ 15,94 per capita. Observa-se, também, o elevado crescimento do gasto per capita desembolsado na Região Norte, de 141%, atribuído, principalmente, aos desembolsos realizados com recursos não onerosos, que foram de R\$ 15,38 per capita.



*Os valores relativos ao BNDES podem apresentar pequenas diferenças devido às dificuldades de obter os dados finais de todas as operações.

Na Tabela 13 estão detalhados os valores per capita comprometidos e desembolsados por Unidade da Federação e fonte de recursos.

Tabela 13

Gastos per capita comprometidos e desembolsados com iniciativas de Saneamento Básico em 2007, por Unidade da Federação e fonte de recursos

GASTOS PER CAPITA EM SANEAMENTO BÁSICO (EM R\$)								
UF	COMPROMETIDOS				DESEMBOLSADOS			
	Média per capita (2003 a 2006)	Per capita 2007			Média per capita (2003 a 2006)	Per Capita 2007		
		NÃO ONEROSO	ONEROSO	TOTAL		NÃO ONEROSO	ONEROSO*	TOTAL
AC	35,77	83,98	48,90	132,88	22,80	26,03	19,46	45,49
AM	19,43	12,54	51,21	63,75	4,92	6,96	8,30	15,27
AP	32,22	127,70	0,00	127,70	7,10	65,78	0,00	65,78
PA	15,81	10,90	10,57	21,47	5,33	7,12	2,75	9,87
RO	17,90	55,66	0,00	55,66	10,68	17,90	0,37	18,27
RR	92,39	49,53	0,00	49,53	24,56	40,92	6,79	47,71
TO	23,83	73,08	38,18	111,26	16,20	43,62	0,21	43,83
NORTE	21,14	30,01	21,83	51,84	8,14	15,38	4,27	19,65
AL	22,26	126,32	0,00	126,32	11,97	25,18	0,00	25,18
BA	11,46	31,15	2,55	33,70	7,99	7,17	2,61	9,78
CE	22,48	48,66	3,37	52,03	16,01	20,49	3,26	23,75
MA	19,55	20,77	0,00	20,77	4,74	9,54	0,00	9,54
PB	44,40	68,23	0,00	68,23	20,23	29,66	8,91	38,57
PE	17,92	35,53	11,13	46,66	9,52	14,41	0,80	15,20
PI	29,56	53,10	6,98	60,09	20,37	30,50	1,22	31,71
RN	35,38	34,83	96,18	131,01	13,91	16,97	10,27	27,23
SE	43,33	78,76	0,00	78,76	23,44	17,68	0,00	17,68
NORDESTE	21,89	44,95	9,10	54,05	11,90	15,75	2,66	18,41
PR	20,00	15,30	96,41	111,71	14,77	5,01	9,69	14,71
RS	4,86	16,68	6,62	24,30	1,32	2,97	0,34	3,31
SC	13,19	4,95	33,60	38,55	6,02	7,49	2,04	9,53
SUL	12,44	10,53	43,22	53,95	7,46	4,75	4,31	9,06
ES	16,23	9,77	20,12	49,94	3,95	6,59	1,64	8,23
MG	26,59	11,10	25,55	36,65	12,72	6,79	50,48	57,26
RJ	7,57	14,70	16,78	31,48	3,46	7,76	1,44	9,20
SP	11,97	11,38	29,83	40,63	4,90	2,58	6,91	9,49
SUDESTE	14,88	21,02	20,12	41,14	6,49	4,82	16,38	21,20
DF	71,25	173,09	58,22	225,21	66,40	27,49	9,60	37,09
GO	31,73	53,44	2,92	56,37	9,73	15,71	1,24	16,96
MS	25,49	60,66	72,06	132,72	14,97	23,43	38,24	61,67
MT	27,90	69,08	10,57	79,65	14,86	21,91	3,59	25,50
CENTRO OESTE	36,89	80,28	26,69	106,97	21,90	20,56	9,64	30,20
BRASIL	18,52	26,85	28,83	55,68	9,35	15,37	14,19	29,56

*Os valores relativos ao BNDES podem apresentar pequenas diferenças devido às dificuldades de obter os dados finais de todas as operações.

2.4. Gastos por Modalidade em 2007

Neste relatório foram consideradas as seguintes classificações de modalidades de intervenções em saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana (manejo de águas pluviais urbanas), resíduos sólidos urbanos (manejo de resíduos sólidos urbanos), saneamento integrado e pró-municípios.

A Tabela 14 detalha os recursos comprometidos e desembolsados por modalidade de intervenção e por fonte de recursos em 2007.

Tabela 14

Recursos onerosos e não-onerosos comprometidos e desembolsados por modalidade e fonte de recursos

RECURSOS POR MODALIDADE E FONTE DE RECURSOS							
MODALIDADE		Comprometidos		Desembolsados*		Famílias Beneficiadas	Empregos Gerados
		(R\$)	%	(R\$)	%		
Abastecimento de Água	Financiamento	1.356.682.425,97		570.331.986,50		1.130.569	71.904
	Orçamentário	1.302.562.980,27	25,96	445.539.053,57	28,79	1.085.469	69.036
	TOTAL	2.659.245.406,24		1.015.871.040,07		2.216.038	140.940
Esgotamento Sanitário	Financiamento	2.494.808.061,55		515.480.031,47		1.039.503	132.225
	Orçamentário	1.374.614.778,70	37,77	179.654.162,18	19,7	572.756	72.855
	TOTAL	3.869.422.840,25		695.134.193,65		1.612.260	205.079
Drenagem Urbana	Financiamento	725.272.894,66		54.048.762,42		290.109	38.439
	Orçamentário	211.676.587,17	9,15	187.237.245,59	6,84	84.671	11.219
	TOTAL	936.949.481,83		241.286.008,01		374.780	49.658
Resíduos Sólidos Urbanos	Financiamento	17.664.400,00		25.373.699,61		44.161	936
	Orçamentário	70.214.971,00	0,86	35.447.731,68	1,72	175.537	3.721
	TOTAL	87.879.371,00		60.821.431,29		219.698	4.658
Saneamento Integrado	Financiamento	247.524.345,42		492.629.982,12		19.338	13.119
	Orçamentário	769.530.290,90	9,93	256.317.187,11	21,22	60.120	40.785
	TOTAL	1.017.054.636,32		748.947.169,23		79.457	53.904
Pró-Municípios	Orçamentário	1.108.337.717,61	10,82	565.756.657,47	16,03	443.335	58.742
	TOTAL	1.108.337.717,61		565.756.657,47		443.335	58.742
Outras	Financiamento	462.483.737,59		60.299.337,71		**	24.512
	Orçamentário	103.574.951,54	5,53	140.665.224,35	5,7	-	5.489
	TOTAL	566.058.689,13		200.964.562,06		-	30.001
TOTAL		10.244.948.142,38	100	3.528.781.061,78	100	4.945.568,06	4.945.568

Obs: Os valores apresentados correspondem apenas aos valores dos empréstimos e repasses, excluindo-se, portanto, os valores aportados a título de contrapartida.

*Os valores relativos ao BNDES podem apresentar pequenas diferenças devido às dificuldades de obter os dados finais de todas as operações.

** Na modalidade "outras" não foi possível calcular o número de famílias beneficiadas em função da diversidade de unidades de medida para as iniciativas contabilizadas.

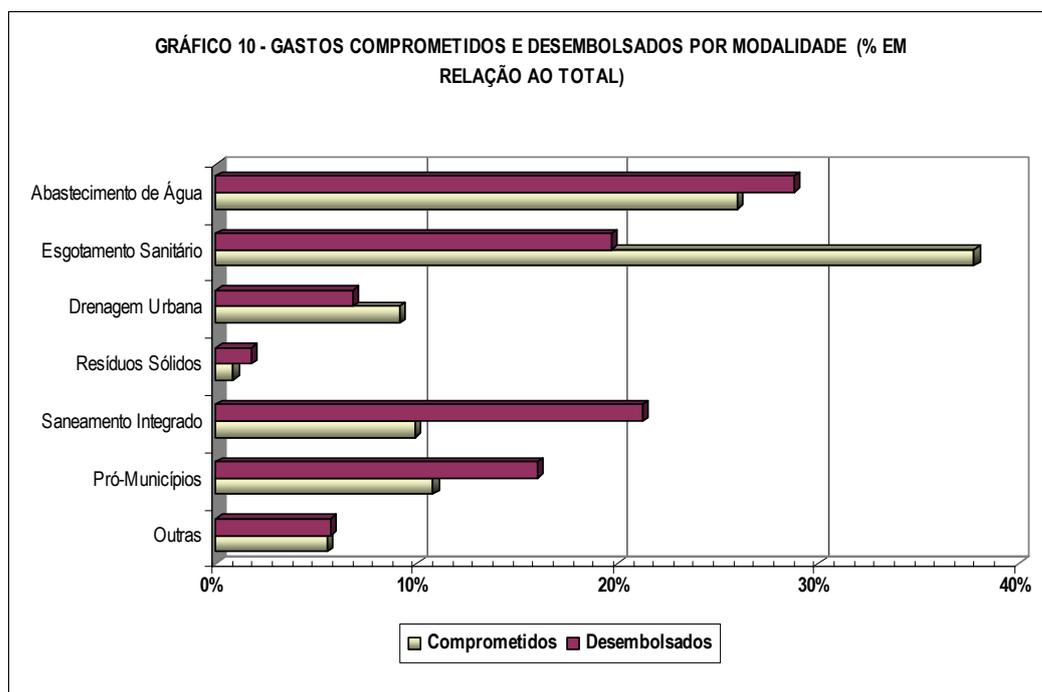
A modalidade saneamento integrado inclui empreendimentos que envolvem mais de uma modalidade de intervenção em saneamento, principalmente para urbanização de favelas e assentamentos precários. O pró-municípios (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte e Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte) diz respeito a intervenções de saneamento conjugadas

com outras obras de desenvolvimento urbano, que incluem variadas melhorias de infra-estrutura urbana, principalmente pavimentação, que representa cerca de 2/3 das intervenções.

Vale lembrar que os recursos destinados ao pró-municípios são oriundos somente de emendas parlamentares e, por questões metodológicas, foram individualizadas em uma modalidade específica. Além disso, na categoria "Outros" estão incluídos os gastos dirigidos a saneamento domiciliar, elaboração de estudos e projetos, saneamento nas escolas, desenvolvimento institucional e operacional e controle de qualidade de água.

O Gráfico 10 mostra a alocação dos recursos comprometidos e desembolsados por modalidade relativa ao volume total dos recursos (onerosos e não onerosos). Pode-se perceber a priorização das ações de esgotamento sanitário, com 37,77% do total de recursos comprometidos, seguidas por intervenções em abastecimento de água, responsáveis por 25,96% dos valores comprometidos. A priorização da modalidade de esgotamento sanitário é de extrema importância, já que, historicamente, a predominância de investimentos em abastecimento de água gerou grandes desigualdades entre esses dois serviços no atendimento da população¹³.

Em relação aos desembolsos realizados, as modalidades mais beneficiadas foram: abastecimento de água (28,79%), saneamento integrado (21,22%) e esgotamento sanitário (19,70%).

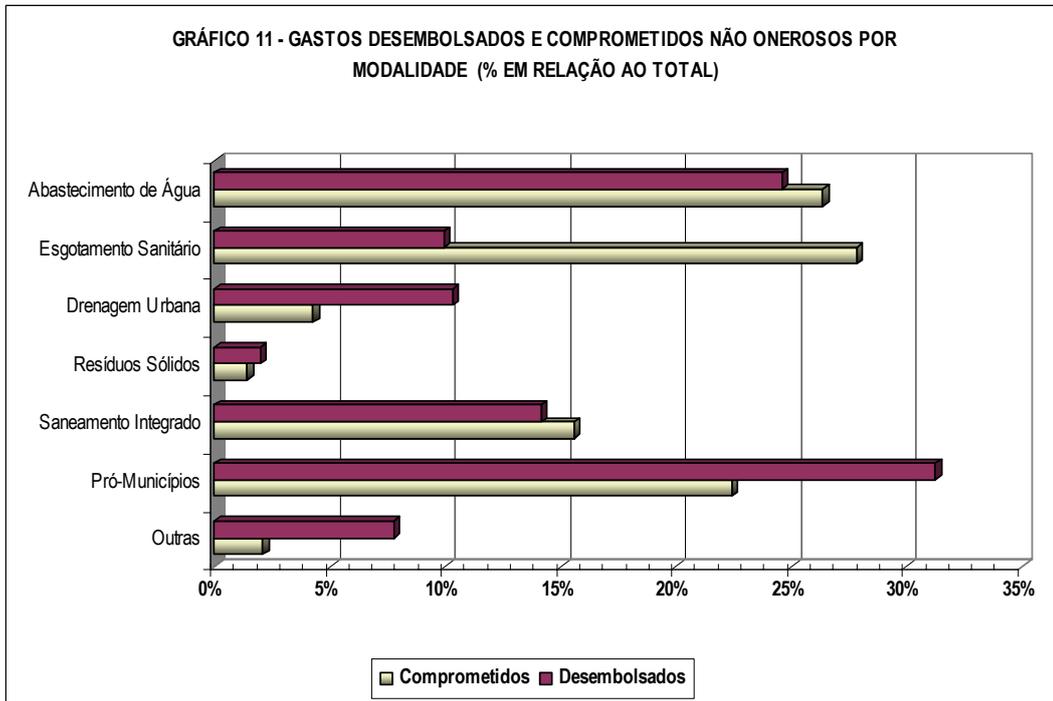


*Os valores relativos ao BNDES podem apresentar pequenas diferenças devido às dificuldades de obter os dados finais de todas as operações.

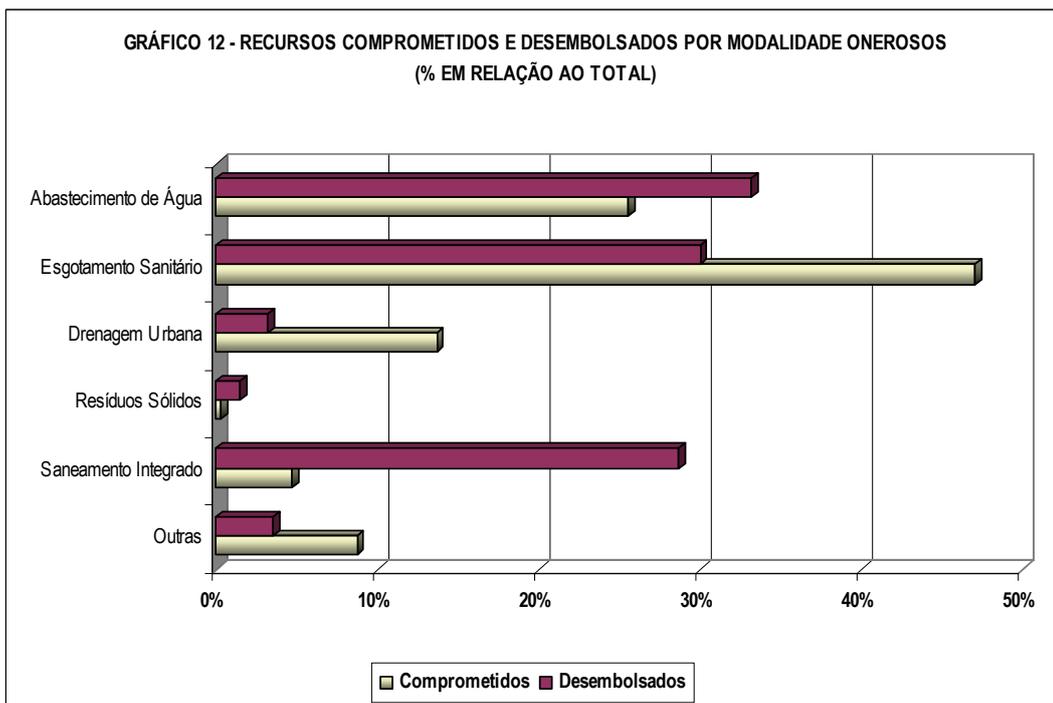
O Gráfico 11 detalha o percentual os recursos não onerosos comprometidos e desembolsados por modalidade em relação ao total dos recursos. No gráfico, nota-se que a maior parte dos compromissos de gasto com recursos não onerosos foram direcionados para as modalidades de esgotamento sanitário (27,82%) e abastecimento de água (26,36%). Já os

¹³ De acordo com os dados da PNAD 2006, o déficit urbano e rural de serviços de abastecimento de água (rede geral) corresponde a aproximadamente 15% da população total, enquanto o déficit urbano e rural de serviços de esgotamento sanitário (rede coletora e fossa) atinge cerca de 30% da população brasileira

desembolsos mais significativos foram distribuídos entre as modalidades pró-municípios (31,25%), abastecimento de água (24,61%) e saneamento integrado (14,16%).



O Gráfico 12 detalha os recursos comprometidos e desembolsados por modalidade com recursos onerosos. Observa-se que os compromissos de gastos com recursos financiados foram direcionados para as modalidades de esgotamento sanitário (47,03%) e abastecimento de água (25,88%). Já os desembolsos foram distribuídos entre as modalidades de abastecimento de água (33,19%), esgotamento sanitário (30,00%) e saneamento integrado (28,67%).



*Os valores relativos ao BNDES podem apresentar pequenas diferenças devido às dificuldades de obter os dados finais de todas as operações.

2.5. Gasto Público em Saneamento Básico por Programa

Os Programas de Governo concretizam e orientam a ação governamental para atendimento das demandas sociais. É essencialmente por meio deles que o Governo Federal planeja as intervenções e promove a alocação dos investimentos.

A Tabela 15 detalha os investimentos federais não onerosos de acordo com os programas da Lei Orçamentária Anual de 2007. Destaca-se que o Programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto, que promove intervenções de apoio à implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário que recebeu, 43,68% dos recursos comprometidos e 31,59% dos valores totais desembolsados. Em seguida, os programas Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte e Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte, receberam, juntos 16,14% do total de recursos comprometidos e 23,14% do total desembolsado. Esses dois últimos Programas correspondem ao Pró-Municípios que têm recursos oriundos somente de emendas parlamentares.

Tabela 15
Recursos não onerosos comprometidos e desembolsados, por Programa

RECURSOS NÃO ONEROSOS				
PROGRAMA	COMPROMETIDOS		DESEMBOLSADOS	
	R\$	%	R\$	%
Serviços Urbanos de Água e Esgoto	2.158.244.733,00	43,68	571.988.052,24	31,59
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte (Pró-Municípios)	797.496.187,00	16,14	418.936.467,78	23,14
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte (Pró-Municípios)	310.841.531,00	6,29	146.820.189,69	8,11
Proágua Infra-Estrutura	570.892.708,00	11,56	184.917.710,17	10,21
Drenagem Urbana Sustentável	211.676.587,00	4,28	186.913.580,25	10,32
Saneamento Rural	259.182.284,00	5,25	115.534.459,30	6,38
Resíduos Sólidos Urbanos	50.260.371,00	1,02	35.447.731,68	1,96
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade	410.378.304,00	8,31	39.007.552,77	2,15
Acesso à Alimentação *	65.847.176,00	1,33	56.212.087,36	3,10
Integração de Bacias Hidrográficas	63.611.600,00	1,29	0,00	0
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	19.193.672,00	0,39	19.154.409,47	1,06
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (Conviver)	17.785.501,00	0,36	26.164.863,54	1,45
Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	5.101.623,00	0,10	9.440.157,70	0,52
Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Vetores **	0,00	0	80.000,00	0
TOTAL	4.940.512.277,00	100	1.810.617.261,95	100

* Ação 11V1 (Construção de cisterna para armazenamento de água)

** Ação 3883 (Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental)

O Programa Saneamento para Todos (sucessor do Pró-Saneamento) contempla os investimentos em saneamento básico com recursos onerosos para financiamento de operações de crédito com recursos do FAT e do FGTS para os proponentes públicos ou privados. O Programa Saneamento para Todos comprometeu R\$ 5.304.435.865,19 e desembolsou R\$ 1.718.163.799,83 para iniciativas de saneamento básico em 2007.

2.6. Gasto Público em Saneamento Básico por Órgão

Na divisão de competências do setor de saneamento básico, o Ministério das Cidades é o órgão responsável pelo atendimento dos municípios com população superior a 50 mil habitantes, dos integrantes de Regiões Metropolitanas (RMs) e Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) (847 municípios – ou uma população de 127.957.890 habitantes¹⁴), a FUNASA, órgão executivo do Ministério da Saúde, atende municípios com até 50 mil habitantes (4.717 municípios – e uma população de 58.812.672 habitantes) e o Ministério da Integração é responsável por intervenções em todo o Território Nacional, atuando especialmente em infraestrutura hídrica (adutoras, barragens e açudes para o abastecimento de água no Nordeste e revitalização do Rio São Francisco).

A Tabela 16 detalha os compromissos e desembolsos de recursos não onerosos por Órgão Executor em 2007. Observa-se que os valores comprometidos pelo Ministério das Cidades (42,86% dos recursos não onerosos) foram superiores aos dos demais órgãos executores, seguido pela Funasa, com 32,38%, revertendo uma tendência constatada em períodos anteriores (2003 a 2006)¹⁵ durante o qual a Funasa foi responsável, em média, por 45% dos valores comprometidos. Em relação aos desembolsos, os valores da Funasa foram ligeiramente superiores (36,63%) aos do Ministério das Cidades (35,86%). Cabe ressaltar que os recursos destinados à Funasa não estão sujeitos a contingenciamento, e, portanto, o órgão tende a apresentar maiores taxas de execução orçamentária que os demais. Adicionalmente, cumpre salientar que a Funasa costuma efetuar até 40% dos desembolsos antes do início da execução dos empreendimentos (mecanismo de convênios), o que não ocorre com o Ministério das Cidades, que para os compromissos do PAC também está livre de contingenciamento, e se utiliza de contrato de repasse e efetua os desembolsos conforme as medições da execução física do empreendimento.

Tabela 16

Distribuição dos Recursos comprometidos e desembolsados, por Órgão

RECURSOS FEDERAIS NÃO ONEROSOS				
ÓRGÃO	COMPROMETIDOS		DESEMBOLSADOS	
	R\$	%	R\$	%
Ministério das Cidades	2.117.559.029,05	42,86	649.757.752,55	35,89
Ministério da Integração	1.096.469.952,73	22,19	397.336.365,96	21,94
FUNASA	1.599.564.065,12	32,38	663.172.041,51	36,63
MMA, MDS e MTE	126.919.230,29	2,57	100.351.101,93	5,54
TOTAL	4.940.512.277,00	100	1.810.617.261,95	100

¹⁴ Segundo a estimativa populacional para o ano 2006 do IBGE.

¹⁵ Ver MINISTÉRIO DAS CIDADES. Investimentos Federais em Saneamento. Relatório de Aplicações entre 01 de janeiro a 15 de junho de 2006.

Na aplicação dos recursos onerosos, o Ministério das Cidades trabalha de forma articulada com os órgãos executores dos fundos financiadores (Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) na gestão dos recursos. Para acesso aos financiamentos, os proponentes (Estados, Municípios e concessionárias) participam de seleção pública, cujas regras são disponibilizadas periodicamente no sítio eletrônico do Ministério das Cidades.

3. DESEMPENHO DOS COMPROMISSOS DE GASTO E DOS DESEMBOLSOS

Nas tabelas a seguir observa-se a comparação entre os recursos totais disponíveis para investimentos em saneamento básico (valores programados na LOA, no caso dos recursos não onerosos e a programação para financiamentos, no caso dos recursos do FGTS) e os valores que foram efetivamente comprometidos e desembolsados em 2007.

A Tabela 17 mostra o desempenho das contratações e dos desembolsos, segundo a fonte de recursos. Os recursos não onerosos empenharam 68,05% do total programado e desembolsaram o equivalente a 24,94% da programação para o ano de 2007. Para analisar a eficácia dos gastos governamentais, a partir da medição do progresso alcançado dentro da programação orçamentária e financeira, deve-se levar em consideração que as emendas parlamentares, mesmo com o incremento proporcionado com os créditos adicionais, ainda representaram 43,18% do total de recursos não onerosos programados para o saneamento básico. E como é sabido, normalmente, estão sujeitas a níveis mais elevados de contingenciamento, vindo muitas vezes a não espelhar o real desempenho do Programa. De acordo com os dados dos financiamentos, os recursos provenientes do FGTS comprometeram 104,77% do total previsto. É importante destacar que, ao se considerar o conjunto dos financiamentos, o desempenho das contratações foi bastante superior ao planejado (168,39%) em virtude da indisponibilidade dos dados de planejamento dos investimentos do BNDES.

Tabela 17

Desempenho das contratações e dos desembolsos, por fonte de recursos

DESEMPENHO DAS CONTRATAÇÕES E DESEMBOLSOS (R\$)			
Fonte de Recursos	Recursos totais Programados	Recursos Comprometidos	Gastos Desembolsados
ORÇAMENTÁRIOS	3.150.000.000,00*	5.304.435.865,19	1.718.163.799,83
FINANCIAMENTOS	7.259.057.737,00	4.940.512.277,00	1.810.617.261,95
TOTAL	10.409.057.737,00	10.244.948.142,19	3.528.781.061,78

*Relativo ao FGTS

A Tabela 18 compara o montante de recursos planejados com os gastos totais comprometidos e desembolsados, por Órgão Executor. Os Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Social e do Trabalho e Emprego comprometeram, juntos, 93,84%; a Funasa, 83,56%; o Ministério da Integração, 67,26%; e o Ministério das Cidades comprometeu 61,67% da sua previsão orçamentária. O MMA, MDS e MTE desembolsaram 74,20% do seu orçamento previsto para 2007. O Ministério da Integração, a Funasa e o Ministério das Cidades desembolsaram, respectivamente, 30,28%, 27,89% e 18,92% do orçamento previsto para cada um dos órgãos.

Tabela 18

Desempenho das contratações e dos desembolsos de recursos não onerosos, por Órgão

DESEMPENHO DAS CONTRATAÇÕES E DESEMBOLSOS (R\$)			
ÓRGÃO	Recursos totais Programados	Recursos Comprometidos	Gastos Desembolsados
Ministério das Cidades	3.433.415.917,00	2.117.559.029,05	649.757.752,55
Ministério da Integração	1.312.229.004,00	1.096.469.952,73	397.336.365,96
FUNASA	2.378.169.095,00	1.599.564.065,12	663.172.041,51
MMA, MDS e MTE	135.243.721,00	126.919.230,29	100.351.101,93
TOTAL	7.259.057.737,00	4.940.512.277,00	1.810.617.261,95

A Tabela 19 compara o montante de recursos planejados com os gastos totais comprometidos e desembolsados, por Programa de Governo. Os Programas que, proporcionalmente, mais comprometeram seu orçamento, em relação ao montante programado foram: Acesso à Alimentação (95,16%), Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-árido (86,97%) e Saneamento Rural (84,10%).

Os Programas que, proporcionalmente, tiveram maiores desembolsos em relação ao montante do seu orçamento programado, foram: O Programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-árido (127,95%), Acesso à Alimentação (81,24%), e Drenagem Urbana Sustentável (46,12%).

Tabela 19

Desempenho das contratações e dos desembolsos de recursos não onerosos, por Programa

DESEMPENHO DAS CONTRATAÇÕES E DESEMBOLSOS (R\$)			
PROGRAMA	Recursos totais programados	Recursos comprometidos	Gastos desembolsados
Serviços Urbanos de Água e Esgoto	2.888.540.329,49	2.158.244.733,00	571.988.052,24
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte (Pró-Municípios)	1.005.485.691,34	797.496.187,00	418.936.467,78
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte (Pró-Municípios)	527.160.012,24	310.841.531,00	146.820.189,69
Proágua Infra-Estrutura	762.554.299,93	570.892.708,00	184.917.710,17
Drenagem Urbana Sustentável	405.253.007,50	211.676.587,00	186.913.580,25
Saneamento Rural	308.197.532,45	259.182.284,00	115.534.459,30
Resíduos Sólidos Urbanos	186.768.533,73	50.260.371,00	35.447.731,68
Revitalização das Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental ¹⁶	332.772.715,05	410.378.304,00	39.007.552,77
Acesso à Alimentação (Cisternas)	69.196.735,61	65.847.176,00	56.212.087,36
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	35.334.000,82	19.193.672,00	19.154.409,47
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (CONVIVER)	20.450.000,47	17.785.501,00	26.164.863,54
Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	572.942.978,36	5.101.623,00	9.440.157,70
Integração de Bacias Hidrográficas	109.402.000,00	63.611.600,00	
Fortalecimento da Gestão Urbana	35.000.000,00		
TOTAL	7.259.057.837,00	4.940.512.277,00	1.810.537.261,95

16 No final de 2007 foi editada a Medida Provisória Nº. 402, que abriu crédito extraordinário de R\$ 168.410.406,00 para o Ministério da Integração Nacional, para o Programa de Revitalização das Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental.

4. EVOLUÇÃO DAS CONTRATAÇÕES E DESEMBOLSOS COM RECURSOS DO FGTS

De 01.01.2003 a 30.12.2007, foram contratados R\$ 8,35 bilhões e desembolsados R\$ 2,61 bilhões para iniciativas de saneamento básico com recursos do FGTS. A Tabela 23 mostra a evolução das contratações e desembolsos de saneamento básico com recursos do FGTS a partir de 1995 e indicam a retomada dos investimentos setoriais promovida a partir de 2003.

Tabela 23

Valores históricos dos empréstimos e desembolsos realizados pelo FGTS com iniciativas de saneamento básico

ANO	VALOR DO EMPRÉSTIMO (R\$)	VALOR DO DESEMBOLSO (R\$)
1995	71.818.200,00	4.709.200,00
1996	735.794.000,00	132.573.600,00
1997	557.998.000,00	432.376.900,00
1998	1.357.600.000,00	906.915.600,00
1999	2.376.184,00	487.217.500,00
2000	16.656.400,00	270.160.000,00
2001	-	111.436.500,00
2002	254.234.656,76	118.182.600,00
2003	1.634.766.802,28	119.025.437,76
2004	1.945.985.354,46	317.266.292,15
2005	44.153.062,77	547.968.773,94
2006	1.426.582.400,04	772.060.627,42
2007	3.300.503.630,55	858.452.994,55

5. OBRAS EM ANDAMENTO

A Tabela 21 revela que até dezembro de 2007 existiam 2.315 obras de saneamento¹⁷ em andamento apoiadas por recursos federais diretos ou financiadas com recursos de fundos financiadores no País, que perfaziam uma carteira de investimentos de R\$ 7,67 bilhões.

Na constituição dessa carteira¹⁸ foram excluídas as obras paralisadas e as não iniciadas. No referente as obras não iniciadas, observa-se que o número foi significativo, tanto em quantidade quanto em valor, para o ano de 2007, em função das obras do PAC.

A Tabela 24 demonstra ainda que o valor médio das obras de saneamento em andamento é de R\$ 3,3 milhões, com ampla variação entre as Grandes Regiões do País. Enquanto o valor médio do investimento na Região Sudeste é de R\$ 5,3 milhões por obra, nas Regiões Nordeste e Sul é da ordem de R\$ 2,15 milhões por obra.

¹⁷ Foram contabilizadas as obras dos Programas Pro-Infra e Pro Municípios – ambos geridos pela SNSA

¹⁸ Cumpre salientar que, diferentemente das versões anteriores deste trabalho, não estão sendo contabilizadas obras de responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde – Funasa – em virtude de dificuldades observadas para obtenção dos dados em tempo hábil para a presente publicação

Tabela 21
Obras em andamento e valores médios investidos por obra, segundo as Regiões

OBRAS EM ANDAMENTO					
REGIÃO	Valor Total do Investimento R\$	Total de Obras	Valor Total do Repasse R\$	Valor Médio do Investimento R\$	Valor Médio da Contrapartida %
CENTRO-OESTE	1.129.389.668,65	266	767.089.311,40	4.245.825,82	32%
NORDESTE	1.831.925.424,10	851	1.494.010.802,86	2.152.673,82	18%
NORTE	463.904.807,21	145	384.906.636,90	3.199.343,50	17%
SUDESTE	3.338.580.498,73	631	2.445.599.368,48	5.290.935,81	27%
SUL	905.862.998,08	422	748.383.892,63	2.146.594,78	17%
BRASIL	7.669.663.396,77	2.315	5.839.990.012,27	3.313.029,55	24%

6. OBRAS CONCLUÍDAS

Os desembolsos realizados entre janeiro de 2003 e dezembro de 2007 permitiram a conclusão de 5.463 obras em todo o País, correspondentes a investimentos de R\$ 1,85 bilhão. A Tabela 22 apresenta a distribuição das obras concluídas por Grandes Regiões do País e informa o valor médio investido por obra bem como sua duração média. Para o cálculo da duração média das obras foram utilizados somente os dados do Ministério das Cidades com recursos não onerosos, devido a ausência de informação sobre término das obras nos demais dados. Os dados do Ministério das Cidades revelam que as obras de saneamento básico apoiadas com recursos não onerosos levaram, em média, 536 dias ou cerca de 1,5 anos para serem concluídas (contados entre a data de início e a de conclusão física da obra). Revelam ainda que existem expressivas variações entre os indicadores apurados segundo as regiões do País.

Na apuração do total de obras concluídas foram apropriadas aquelas implementadas com recursos oriundos do Ministério das Cidades (OGU, FGTS e FAT), do Ministério do Turismo, da Agência Nacional de Águas. O Ministério da Integração Nacional e suas empresas indiretas (Codevasf e DNOCS) não foram incluídas pois não foram recebidos os dados sobre obras finalizadas no período.

Tabela 22
Total de obras concluídas e valores históricos dos investimentos em saneamento básico entre 01.01.2003 e 31.12.2007

OBRAS CONCLUÍDAS					
REGIÃO	Total de Obras	Valor do Investimento (R\$)	Valor do Repasse (R\$)	Valor Médio do Investimento (R\$)	Tempo Médio da Obra (dias)*
CENTRO-OESTE	574	230.990.937,53	195.566.099,61	402.423,24	434
NORDESTE	1715	598.996.513,16	532.990.154,90	349.269,10	619
NORTE	417	162.176.201,13	138.812.850,78	388.911,75	943
SUDESTE	1578	552.139.817,40	381.230.283,71	349.898,49	440
SUL	1169	304.229.557,30	210.832.501,03	260.247,70	442
BRASIL	5.453	1.848.533.026,52	1.459.431.890,03	338.993,77	536

* Dados relativos as obras do Ministério das Cidades com recursos não onerosos totalizando 5.329 obras

A Tabela 23 apresenta as contrapartidas médias ofertada pelos proponentes, estratificadas por grupos de fontes de recursos (financiamentos x orçamentários) e por Grandes Regiões do País. Os dados revelam que na média a contrapartida ofertada pelos tomadores foi de 16,8%, com marcada heterogeneidade por grupos de fontes de financiamento, atingindo valores acima de 30% nos contratos com recursos onerosos e apenas valores próximos a 10% nos contratos firmados com recursos não onerosos para as regiões consideradas mais carentes. Observa-se a diferença das contrapartidas médias nos contratos de financiamento entre as Grandes Regiões do País, em que a média da Região Centro-Oeste (34,8%) chega a ser praticamente o triplo da obtida para os empréstimos ofertados à tomadores da Região Nordeste (12,4%).

Tabela 23

Contrapartidas médias ofertadas para obras de saneamento concluídas entre 01.01.2003 e 31.12.2007, segundo as Regiões e fontes dos recursos

CONTRAPARTIDAS MÉDIAS			
REGIÃO	FINANCIAMENTO	ORÇAMENTÁRIO (LOA)	TOTAL GERAL
CENTRO-OESTE	34,8%	12,4%	15,3%
NORDESTE	12,4%	10,4%	10,9%
NORTE	34,0%	11,8%	14,4%
SUDESTE	18,7%	22,3%	21,1%
SUL	32,1%	23,5%	25,6%
BRASIL	20,5%	15,6%	16,8%

7. QUALIFICAÇÃO DO GASTO PÚBLICO

Além da retomada dos investimentos setoriais, em ritmo compatível com o horizonte de universalização dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos urbanos, a precariedade institucional do setor exige uma agenda dirigida à qualificação do gasto público em saneamento, de forma a assegurar que os recursos alocados sejam aplicados com eficácia e eficiência, revertendo em benefícios diretos à população.

Neste contexto, providências dirigidas à melhoria do desempenho dos prestadores de serviços de saneamento básico adquirem importância singular, especialmente aquelas destinadas a combater deficiências de gestão e problemas estruturais que comprometem a sustentabilidade dos empreendimentos. Entre as principais iniciativas adotadas para promover a qualificação do gasto público e a destinação dos recursos com eficiência e eficácia destacam-se:

- A exigência de realização da escolha das iniciativas apoiadas ou financiadas por Processo de Seleção Pública de Propostas, com divulgação prévia dos requisitos e critérios de seleção e com transparência na aplicação do regulamento;
- A adoção de critérios técnicos para escolha dos projetos financiados ou apoiados pelo governo, mais especificamente:
 - a) condicionamento do aporte de recursos à regularização da situação da concessão;

- b) exigência da cobrança de taxa ou tarifa específica para o serviço, conforme o caso;
 - c) exigência de um grau de institucionalização mínimo para que o proponente acesse os recursos.
- A exigência de comprovação do pleno andamento das obras anteriormente financiadas ou apoiadas com recursos da União para acesso a novos recursos;
 - O estabelecimento de níveis mínimos de eficiência na prestação dos serviços como condição de acesso a novos recursos;
 - A focalização do gasto em áreas mais adensadas e com maiores possibilidades de exploração de economias de escala e de escopo dos serviços (Regiões Metropolitanas, por exemplo) e, no caso de recursos não onerosos, em pequenos municípios e áreas rurais;
 - A formalização de Acordos de Melhoria de Desempenho (AMD), especificando um conjunto de indicadores de eficiência e eficácia na prestação dos serviços e estabelecendo metas a serem atingidas pelo prestador, como condição para acesso a novos recursos. O foco está centrado na melhoria do desempenho dos prestadores de serviços de saneamento, especialmente no combate a deficiências de gestão e problemas estruturais que comprometam a sustentabilidade das iniciativas.
 - A definição clara de competências entre os diversos órgãos federais intervenientes nas questões de saneamento, de modo a:
 - a) construir um ambiente de cooperação institucional, superando um histórico de competição que não estimulava a qualificação das intervenções governamentais no setor;
 - b) criar condições mínimas para especialização das equipes técnicas e retomada do planejamento setorial das iniciativas;
 - c) prevenir a superposição de competências e o paralelismo de atuação, geradores de distorções e ineficiência.
 - A consolidação do Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento – PEAMSS. A premissa básica é a promoção da educação ambiental e da mobilização social para apoiar os programas e as ações de saneamento conduzidos pelo Governo Federal, com vistas a envolver de forma efetiva e participativa as populações atendidas, conferir maior capacidade de consolidação e sustentabilidade aos investimentos e promover a saúde pública, a melhoria da qualidade de vida da população e a ampliação da cidadania.
 - Além de recursos para investimentos, a existência de forte demanda pelo incremento da eficiência e melhoria da qualidade dos serviços prestados levou o Ministério das Cidades a propor, no âmbito do PAC, um Programa de Apoio à Estruturação da Gestão e à Revitalização de Prestadores Públicos de Serviços de Saneamento Básico. A necessidade desse tipo de apoio vinha se acentuando em razão das dificuldades enfrentadas pelo setor, particularmente, em função da limitada capacidade de investimento dos prestadores, dos baixos níveis de eficiência e efetividade e da inadequação dos instrumentos de gestão; sobretudo face às recentes inovações no ordenamento legal do setor de saneamento e ao desafio da universalização. A incapacidade de garantir a sustentabilidade dos investimentos se deve, em grande

medida, à baixa eficiência de alguns prestadores, refletida nas elevadas taxas de custos e perdas, baixa produtividade e pequena margem operacional. As ações do programa prevêem intervenções nas áreas de planejamento, regulação, fiscalização, controle social e estruturas de prestação de serviços, adequando-os aos novos cenários legais, econômicos, sociais e ambientais.

- A necessidade de solução das questões relacionadas ao tratamento e destinação final adequada dos resíduos sólidos urbanos também foi incluída no planejamento das ações do PAC. Até mesmo nas regiões mais urbanizadas do País, o diagnóstico realizado indicou a ausência de planejamento regional, a gestão pouco integrada, a falta de coordenação das ações e a baixa institucionalidade da ação municipal, o que resulta em soluções pouco sustentáveis, caras, além de técnica e ambientalmente inadequadas. No âmbito das ações propostas, as prioridades são: tratamento e destinação final adequada dos resíduos sólidos urbanos; retirada de catadores das áreas de destinação final de lixo; implementação de sistemas de coleta seletiva apoiados em cooperativas de catadores de material reciclável; encerramento de lixões que recebem resíduos sólidos urbanos; encerramento de bota foras de entulho; e, correção de problemas causados pelos resíduos de construção e demolição.
- Na articulação com Estados e Municípios, constatou-se a existência de uma grande demanda por cooperação técnica (operacional e gerencial) e capacitação de servidores no tocante à elaboração de propostas, projetos de engenharia, acompanhamento e fiscalização de obras, gestão e regulação dos serviços. No intuito de minimizar esse problema, a SNSA desenvolve iniciativas com vistas a propiciar condições para o desenvolvimento institucional do setor e induzir à melhoria da qualidade dos serviços. Destacam-se:
 - a) Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental – ReCESA, constitui importante iniciativa para o desenvolvimento de políticas públicas integradas. A Rede tem o propósito de reunir, articular e integrar um conjunto de instituições e entidades com o objetivo de promover o desenvolvimento institucional do setor, mediante soluções de capacitação, intercâmbio técnico e extensão tecnológica;
 - b) Núcleo Setorial Saneamento na esfera do Programa Nacional da Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), tem como objetivo a disseminação, junto ao setor saneamento, das tecnologias de gestão desenvolvidas pelo GESPÚBLICA alicerçado em seu Modelo de Excelência em Gestão, por meio de ciclos contínuos auto-avaliativos objetivando agregar valor à qualidade dos serviços prestados aos cidadãos-usuários e à sociedade;
 - c) O apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, com o objetivo de sensibilizar, mobilizar e apoiar os municípios brasileiros na elaboração de seus Planos Municipais de Saneamento Básico. Nessa perspectiva, foram disponibilizadas duas Publicações “Guia para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento, com metodologia participativa” e “Política Nacional e Plano Municipal de Saneamento Ambiental: Experiências e Recomendações”. Outros materiais estão em fase de elaboração, tais como Documento Conceitual e peças técnicas que orientem a elaboração dos planos; Material Didático para capacitação e processos de formulação de Planos de Saneamento; e Termos

de Referência orientadores dos pleitos aprovados no Programa Saneamento para Todos, na modalidade “Estudos e Projetos”.

- A aprovação da Política de Saneamento Básico (Lei 11.445, sancionada em 05/01/07), depois de longo processo de discussão e articulação entre os atores do setor, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, representou um grande avanço para o setor e para toda a população brasileira. A nova legislação, baseada no planejamento integrado, na regulação, na cooperação federativa e no controle social, contempla tanto os interesses do Governo, de promover os investimentos necessários, como os das operadoras estaduais, de garantir a sua continuidade, porém, em novos patamares de eficiência e de respeito aos direitos dos usuários. Além disso, reflete também interesses das empresas privadas e das autarquias e empresas municipais atuantes no setor.

ANEXO 1 – RELAÇÃO DAS AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO

MINISTÉRIO DAS CIDADES			
COD	PROGRAMA	COD	AÇÃO/PROJETO
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	0586	Apoio a Projetos de Ação Social em Saneamento (PASS)
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	0636	Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 30 mil Habitantes:
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	0640	Apoio a Projetos de Combate ao Desperdício de Água
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	0654	Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários em Municípios com População Superior a 30 mil Habitantes:
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	2272	Gestão e Administração do Programa
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	006E	Apoio a sistemas de abastecimento de água em municípios de Regiões Metropolitanas e de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	006F	Apoio a sistemas de esgotamento sanitário em municípios de Regiões Metropolitanas e de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico
310	Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	3955	Reordenamento Institucional e Operacional do Setor de Saneamento
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	10SU	Apoio a Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios das Bacias Receptoras da Integração com o Rio São Francisco com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	10TB	Elaboração de Projetos de Saneamento nas Bacias Receptoras da Integração com o Rio São Francisco em Municípios com mais de 50 mil Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos com mais de 150 mil Habitantes
1128	Urbanização, Regularização e Integração de Assentamento Precário	0646	Apoio a Projetos de Saneamento Ambiental em Assentamentos Precários (PAT/PROSANEAR)
1128	Urbanização, Regularização e Integração de Assentamento Precário	006H	Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Assentamentos Precários em Municípios de Regiões Metropolitanas.
1136	Fortalecimento da Gestão Urbana	006L	Apoio a elaboração de projetos de saneamento em Municípios de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.
1138	Drenagem Urbana Sustentável	0578	Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis
1138	Drenagem Urbana Sustentável	0580	Apoio a Estados e Municípios para Elaboração de Projetos de Drenagem Urbana Sustentável
1138	Drenagem Urbana Sustentável	006J	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentáveis e de Manejo de Águas Pluviais.
6001	Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte	109ª	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-Estrutura Urbana em Municípios com até 100.000 Habitantes.
6001	Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte	10UH	Implantação ou Melhoria de Obras de Infra-estrutura Urbana em Municípios do Estado da Bahia
6002	Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Município de Médio Porte	109B	Obras de Infra-estrutura Urbana em Municípios de Médio e Grande Porte
8007	Resíduos Sólidos	0638	Apoio ao Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População Superior a 250.000 Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas
8007	Resíduos Sólidos	00AG	Apoio a Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos

FUNASA – MINISTÉRIO DA SAÚDE			
COD	PROGRAMA	COD	AÇÃO/PROJETO
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	0798	Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	2272	Gestão e Administração do Programa
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	3861	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	5528	Saneamento Básico para Controle de Agravos
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	6908	Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	7652	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	7654	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	002K	Apoio para o Desenvolvimento Institucional de Operadores Públicos de Saneamento Ambiental em Municípios com População Superior a 30.000 Habitantes
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	002L	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Esgotamento Sanitário em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) para Prevenção e Controle de Doenças
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	002M	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Público de Abastecimento de Água em Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) para Prevenção e Controle de Doenças
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	008L	Apoio à Implantação e Ampliação de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário em Municípios com mais de 50 mil Habitantes, não Integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	0798	(RAP 2006) Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	0800	Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 30.000 Habitantes
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	10GD	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	10GE	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	8881	Elaboração de Projetos de Saneamento nas Bacias Receptoras do São Francisco para Municípios com até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	10SK	Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias Receptoras do São Francisco com até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)

FUNASA – MINISTÉRIO DA SAÚDE			
COD	PROGRAMA	COD	AÇÃO/PROJETO
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	10SL	Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias Receptoras do Rio São Francisco com até 50.000 Hab. Ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusivo de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	10SV	Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios das Bacias Receptoras do São Francisco com até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusivo de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
1138	Drenagem Urbana Sustentável	3883	Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária
1287	Saneamento Rural	2272	Gestão e Administração do Programa
1287	Saneamento Rural	3921	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas
1287	Saneamento Rural	4641	Publicidade de Utilidade Pública
1287	Saneamento Rural	7656	(RAP 2006) Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos
1287	Saneamento Rural	7684	(RAP 2006) Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos
1287	Saneamento Rural	10GC	Implantação e Melhoria de Serviços de Saneamento em Escolas Públicas Rurais – "Saneamento em Escolas"
1287	Saneamento Rural	10LP	Abastecimento Público de Água para Comunidades Rurais Dispersas Situadas às Margens do Rio São Francisco – Água para Todos
1287	Saneamento Rural	12GI	Abastecimento de Água e Instalações Hidrosanitárias em Escolas Públicas Rurais – Água na Escola
8007	Resíduos Sólidos	3984	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistema Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para Prevenção e Controle de Agravos em Municípios até 30 Mil Habitantes e Municípios com Risco de Dengue.
8007	Resíduos Sólidos	002N	Apoio à Implantação, Ampliação, Melhoria do Sistema Público de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para Prevenção e Controle de Agravos em Municípios com População acima de 250 mil Habitantes ou em Regiões Metropolitanas
8007	Resíduos Sólidos	0B99	Apoio à Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais
8007	Resíduos Sólidos	10GG	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes ou Integrantes de Consórcios Públicos, Exclusivo de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)
8007	Resíduos Sólidos	11KO	Implantação, Ampliação ou Melhoria do Sistema Público de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos para a Prevenção e Controle de Agravos em Municípios de até 30.000 Habitantes ou com Risco de Transmissão de Dengue

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME			
COD	PROGRAMA	COD	AÇÃO/PROJETO
1049	Acesso a Alimentação	11V1	Construção de Cisternas para Armazenamento de água
ANA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE			
COD	PROGRAMA	COD	AÇÃO/PROJETO
122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	2905	Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE			
COD	PROGRAMA	COD	AÇÃO/PROJETO
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER	8695	Dessalinização de água - Água Doce
8007	Resíduos Sólidos	004B	Apoio a Implantação e Ampliação de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos
8007	Resíduos Sólidos	2272	Gestão e Administração do Programa
8007	Resíduos Sólidos	86AA	Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE			
COD	PROGRAMA	COD	AÇÃO/PROJETO
1287	Saneamento Rural	3996	Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário (Saúde e Saneamento no Piauí)
1287	Saneamento Rural	3997	Implantação de Serviços de Abastecimento de Água (Saúde e Saneamento no Piauí)
8007	Resíduos Sólidos	6459	Fomento a Projetos de Gerenciamento e Disposição de Resíduos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 Habitantes

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI			
COD	PROGRAMA	COD	AÇÃO/PROJETO
515	Proágua Infra-Estrutura	1604	Construção da Barragem e Adutora do Poço do Marruá no Estado do Piauí
515	Proágua Infra-Estrutura	1662	Obras de Macrodrenagem
515	Proágua Infra-Estrutura	1674	Construção da barragem na Bacia do Rio Poxim no Estado de Sergipe
515	Proágua Infra-Estrutura	1716	Construção da Adutora do Oeste com 721 km de Extensão no Estado de Pernambuco
515	Proágua Infra-Estrutura	1845	Construção de Obras de Contenção de Enchentes
515	Proágua Infra-Estrutura	1851	Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica
515	Proágua Infra-Estrutura	2822	Manutenção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica
515	Proágua Infra-Estrutura	3429	Obras de Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco
515	Proágua Infra-Estrutura	3445	Construção da Barragem e do Sistema Adutor do Córrego João Leite no Estado de Goiás
515	Proágua Infra-Estrutura	3631	Construção da Adutora Acauã com 55 km no Estado da Paraíba
515	Proágua Infra-Estrutura	3642	Pró-água - Semi-árido
515	Proágua Infra-Estrutura	5143	Construção da adutora São Bento com 13 km no Estado de Santa Catarina
515	Proágua Infra-Estrutura	5910	Construção da Adutora de São Francisco com 42,5 km no Estado de Sergipe

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI			
COD	PROGRAMA	COD	AÇÃO/PROJETO
515	Proágua Infra-Estrutura	10E9	Implantação da Adutora Gavião-Pecém no Estado do Ceará
515	Proágua Infra-Estrutura	1E32	Construção da barragem do rio Arraias - Eixo 16-Propertins - Arraias- TO
515	Proágua Infra-Estrutura	7E74	Construção da Adutora do Córrego João Leite
515	Proágua Infra-Estrutura	109H	Construção de Barragens
515	Proágua Infra-Estrutura	109J	Construção de Adutoras
515	Proágua Infra-Estrutura	109Z	Perfuração e Equipamento de Poços Públicos
515	Proágua Infra-Estrutura	10AK	Implantação do Sistema Adutor de Bocaina com 122 km no Estado do Piauí (Proágua Nacional)
515	Proágua Infra-Estrutura	10CT	Construção da Adutora do Canal do Sertão Alagoano - Delmiro Gouveia - AL
515	Proágua Infra-Estrutura	10DA	Construção da Adutora Pirapama com 22,7 km no Estado de Pernambuco
515	Proágua Infra-Estrutura	10G4	Implantação do Sistema Adutor da Barragem Capivara no Estado da Paraíba
515	Proágua Infra-Estrutura	10GJ	Construção do Canal de Integração Castanhão - Região Metropolitana de Fortaleza - No Estado do Ceará
515	Proágua Infra-Estrutura	115K	Modernização do Sistema de Abastecimento de Belo Jardim - no Estado de Pernambuco
515	Proágua Infra-Estrutura	11NF	Implantação do Sistema Adutor de Jacobina com 65 km no Estado da Bahia (Proágua Nacional)
515	Proágua Infra-Estrutura	11NP	Obras Complementares do Açude de Setúbal na Bacia do Vale do Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais
515	Proágua Infra-Estrutura	11NU	Implantação do Sistema Adutor de Cafarnaum com 120,6 km no Estado de Bahia (Proágua Nacional)
515	Proágua Infra-Estrutura	11PO	Construção dos Sistemas de Poços de Água Subterrânea
515	Proágua Infra-Estrutura	12F4	Construção da Barragem Piaus no Estado do Piauí
515	Proágua Infra-Estrutura	1C69	Implantação do Sistema Adutor Serra de Santana - 3ª etapa - com 50 km no Estado do Rio Grande do Norte (Proágua Nacional)
515	Proágua Infra-Estrutura	1162	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de água e Esgotamento Sanitário de Coqueiro Seco no Estado de Alagoas (Proágua Nacional)
515	Proágua Infra-Estrutura	1163	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de água de Pedro Alexandre com 71 km no Estado da Bahia (Proágua Nacional)
515	Proágua Infra-Estrutura	1164	Implantação do Sistema Adutor de Piaus com 104 km no Estado do Piauí (Proágua Nacional)
515	Proágua Infra-Estrutura	1165	Implantação da 2ª etapa do Sistema Adutor do Congo com 150 km no Estado da Paraíba (Proágua Nacional)
515	Proágua Infra-Estrutura	1167	Implantação do Sistema de Abastecimento de Água dos Municípios de Janaúba, Mato Verde e Rio Pardo de Minas - Sistema Norte no Estado de Minas Gerais (Proágua Nacional)
515	Proágua Infra-Estrutura	1168	Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Palmeira dos Índios no Estado de Alagoas
515	Proágua Infra-Estrutura	1K45	Implantação do Sistema Adutor de Ibareta com 28 km no Estado do Ceará (Proágua Nacional)
515	Proágua Infra-Estrutura	1K46	Ampliação da Adutora Sal Limoeiro no Estado de Pernambuco (Proágua Nacional)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI			
COD	PROGRAMA	COD	AÇÃO/PROJETO
515	Proágua Infra-Estrutura	1K48	Implantação das Estações de Tratamento de Lodo das ETAs de Barra do Choça e Planalto no Estado da Bahia (Proágua Nacional)
515	Proágua Infra-Estrutura	1K49	Ampliação do Sistema Adutor Tabocas/Piaças com 14 km no Estado de Pernambuco (Proágua Nacional)
515	Proágua Infra-Estrutura	1K50	Ampliação do Sistema Adutor de Agrestina com 36 km no Estado de Pernambuco (Proágua Nacional)
515	Proágua Infra-Estrutura	1K51	Implantação do Sistema Adutor Alto Oeste com 285 km no Estado do Rio Grande do Norte (Proágua Nacional)
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	0103	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixos Norte e Leste)
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	1N64	Implantação da Adutora Pajeú com 582km nos Estados de Pernambuco e Paraíba
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER	5658	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Santana com Sistema Adutor de 145 km no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido)
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONV	5658	Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água de Santana com Sistema Adutor de 145 km no Estado da Bahia (Proágua Semi-Árido)
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER	5814	Implantação de sistema de abastecimento de água em Araçuaí no Estado de Minas Gerais (Proágua Semi-Árido)
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER	5830	Implantação do Sistema Adutor do Garrincho com 190 km
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER	5896	Ampliação, Recuperação e Automação dos Sistemas Integrados de Alto Sertão e Setaneja, no Estado de Sergipe (Pro-água Semi-Árido)
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER	5928	Implantação do Sistema Adutor Gavião-Pecém com 55 km no Estado do Ceará (Proágua Semi-Árido)
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER	7766	Implantação de Poços Públicos
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER	5E60	(RAP 2006) Construção do Sistema de Abastecimento de Água de Palmeira dos Índios pela Transposição das Águas do Riacho Caçamba
1138	Drenagem Urbana Sustentável	1662	Obras de macrodrenagem
1138	Drenagem Urbana Sustentável	2272	Gestão e Administração do Programa
1138	Drenagem Urbana Sustentável	1E36	Canalização do Córrego Cascavel - Goiânia - GO
1138	Drenagem Urbana Sustentável	1E38	Urbanização de Fundo de Vale do Córrego Bandeira - Campo Grande - MS
1138	Drenagem Urbana Sustentável	5E65	Urbanização de Fundos de Vales
1138	Drenagem Urbana Sustentável	0A36	Apoio a obras de pequeno Vulto de Macrodrenagem
1138	Drenagem Urbana Sustentável	2B70	Controle de erosão Marítima e Fluvial
1138	Drenagem Urbana Sustentável	2B90	Obras de Drenagem de Pequeno Vulto para Recuperação de Infra-estrutura Hídrica
1138	Drenagem Urbana Sustentável	7E75	Obras de Macrodrenagem no Canal do Jandiá
1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	10RM	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Paraíba
1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	10RN	Obras de Revitalização e Recuperação nas Bacias do São Francisco e Paraíba
1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	10RP	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos em Municípios das Bacias do São Francisco e Paraíba

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI			
COD	PROGRAMA	COD	AÇÃO/PROJETO
1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	115L	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Campo Formoso - no Estado da Bahia

CODEVASF - MI			
COD	PROGRAMA	COD	AÇÃO/PROJETO
515	Proágua Infra-Estrutura	1716	Construção da Adutora do Oeste com 721 km de Extensão no Estado de Pernambuco
515	Proágua Infra-Estrutura	1851	Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica
515	Proágua Infra-Estrutura	2822	Manutenção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica
515	Proágua Infra-Estrutura	3631	Construção da Adutora Acaua com 55 km no Estado da Paraíba
515	Proágua Infra-Estrutura	109H	Construção de Barragens
515	Proágua Infra-Estrutura	109I	Construção de Açudes
515	Proágua Infra-Estrutura	109J	Construção de Adutoras
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER	7766	Implantação de Poços Públicos
1305	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER	3429	Obras de Revitalização e Recuperação do Rio São Francisco

DNOCS - MI			
COD	PROGRAMA	COD	AÇÃO/PROJETO
515	Proágua Infra-Estrutura	1716	Construção da Adutora do Oeste com 721 km de Extensão no Estado de Pernambuco
515	Proágua Infra-Estrutura	1851	Construção e Recuperação de Obras de Infra-estrutura Hídrica
515	Proágua Infra-Estrutura	1855	Estudos e Projetos de Obras de Infra-estrutura Hídrica
515	Proágua Infra-Estrutura	2272	Gestão e Administração do Programa
515	Proágua Infra-Estrutura	2822	Manutenção e Recuperação de Obras de Infra-Estrutura Hídrica
515	Proágua Infra-Estrutura	3601	Construção do Complexo Castanhão no Estado do Ceará
515	Proágua Infra-Estrutura	3647	Construção da Adutora Jucazinho com 243 km de Extensão no Estado de Pernambuco
515	Proágua Infra-Estrutura	3715	Construção da Barragem Berizal no Estado de Minas Gerais
515	Proágua Infra-Estrutura	3735	Construção da Barragem Congonhas no Estado de Minas Gerais
515	Proágua Infra-Estrutura	109H	Construção de Barragens
515	Proágua Infra-Estrutura	109I	Construção de Açudes
515	Proágua Infra-Estrutura	109J	Construção de Adutoras
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER	1852	Dessalinização de água- Projeto Água Boa
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER	7766	Implantação de Poços Públicos
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER	8695	Dessalinização de água- Projeto Água Boa
1047	Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER	11TK	Recuperação de Poços Públicos

FNMA - Ministério do Meio Ambiente			
COD	PROGRAMA	COD	AÇÃO/PROJETO
8007	Resíduos Sólidos	6459	Fomento a Projetos de Gerenciamento e Disposição de Resíduos em Municípios de Médio Porte.
Ministério do Trabalho e Emprego			
COD	PROGRAMA	COD	AÇÃO/PROJETO
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	0863	Apoio para Organização e Desenvolvimento de Cooperativas Atuantes com Resíduos Sólidos

